

CONVITE Nº 001/2023 – EESC

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

EXECUÇÃO: INDIRETA

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PROCESSO nº 2023.1.93.18.6

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por intermédio da ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – EESC/USP, situada na Av. Trabalhador São-carlense, nº 400 – Bloco E-1 - Pq. Arnold Schimidt – São Carlos/SP – Fone (16) 3373-9224 / 3373-9202 / 3373-8187 / 3364-8035, convida esta empresa a participar da licitação acima referida.

APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES

➤ Data para apresentação dos envelopes: até **06/02/2023**, às **09 horas**.

➤ Local da realização da sessão pública:

Escola de Engenharia de São Carlos-EESC/USP

Avenida São-carlense, 400 – Edif. Bloco E1 – Sala 6078 – 2º Andar
Parque Arnold Schimidt – São Carlos/SP – CEP:13566-590

➤ A sessão de abertura dos envelopes será iniciada **05 (cinco) minutos** depois de encerrado o prazo para a apresentação dos envelopes, no endereço acima indicado.

A versão completa contendo as especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados à contratação, poderá ser obtida, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico, na:

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
SERVIÇO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - SVLICON/EESC/USP

Av. Trabalhador São-carlense, nº 400 – Bloco E-1 - Pq. Arnold Schimidt – São Carlos/SP
E-mail: licitacoes@eesc.usp.br – Fone (16) 3373-9202 – 3364-8035

Horário: das 08:00 às 17:00 horas

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, com esta licitação na modalidade CONVITE, objetiva a realização de obras/serviços de engenharia, conforme especificações constantes desta Carta-Convite.

A presente licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Estadual nº 13.121, de 07 de julho de 2008, e pelas demais normas disciplinadoras da matéria.

Integram esta Carta-Convite:

I - Minuta de Contrato.

II - Material Técnico:

- A – Memorial Descritivo
- B – Planilha de Serviços, Quantidades e Preços Estimados
- C – Cronograma Físico
- D – Projetos

III - Modelos de Documentos a serem apresentados na licitação:

- A – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- B – Carta Credencial
- C – Declaração de enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007
- D – Comprovante de Realização de Vistoria
- E – Folha Proposta
- F – Planilha de Serviços, Quantidades e Preços
- G – Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho
- H – Declaração de Atendimento às Normas Relativas à Saúde e Segurança no Trabalho

2. OBJETO LICITADO

- 2.1. Esta licitação faz parte do Programa de Construções para a Universidade de São Paulo, e tem por objeto **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REFORMA – CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT.6 DA BIBLIOTECA DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (EESC/USP), CAMPUS USP SÃO CARLOS/SP.**

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação, além das empresas convidadas, as cadastradas no **Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP)** em categoria pertinente ao objeto licitado, que atenderem às exigências estabelecidas nesta Carta-Convite e manifestarem INTERESSE POR ESCRITO ATÉ 24 HORAS ANTES DA DATA FINAL marcada para a apresentação dos envelopes.

3.1.1. Para efeito do prazo citado no subitem 3.1., serão considerados os dias de expediente na USP.

3.2. Estão **impedidas** de participar desta licitação as pessoas:

3.2.1. que estiverem, na data fixada para a apresentação dos envelopes, cumprindo penalidade de suspensão temporária ou impedimento do direito de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 48.999, de 29 de setembro de 2004;

3.2.2. declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

3.2.3. reunidas sob forma de consórcio;

3.2.4. o autor do projeto, básico ou executivo, e ainda os que se enquadrarem nas disposições do artigo 9º e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

3.2.5. que se apresentarem na licitação como subcontratada de outra licitante;

3.2.6. que estejam sob processo de falência.

4. VISTORIA TÉCNICA

4.1. A vistoria aos locais das obras é **OBRIGATÓRIA** e deverá ser realizada por técnico do licitante devidamente identificado. Para tanto, o interessado deverá solicitar, junto à Administração, o agendamento da sua vistoria – contato com o **Sr. João Dotta – e-mail: jbdotta@sc.usp.br**

4.1.1. O técnico da licitante deverá apresentar o comprovante de realização de vistoria, em conformidade com o modelo sugerido (Anexo D), para que seja devidamente assinado pelo responsável da Unidade a ser vistoriada.

5. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. Para participar do certame as licitantes **deverão apresentar**:

- a. Envelope nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS;
- b. Envelope nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- c. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme modelo constante do Anexo A;
- d. Comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 (ver item 5.3.), se for o caso. (Anexo C)

5.2. A PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados separadamente em 02 (dois) envelopes fechados de forma indevassável, contendo os seguintes dizeres, respectivamente:

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CONVITE Nº 001/2023-EESC
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
ENVELOPE Nº 1
PROPOSTA DE PREÇOS**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CONVITE Nº 001/2023-EESC
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
ENVELOPE Nº 2
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.3. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 deverão comprovar essa condição, apresentando declaração específica, conforme modelo sugerido (Anexo C).

5.3.1. A não entrega da declaração exigida no item 5.3. desta Carta-Convite indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4. A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e a comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverão ser apresentadas **FORA** dos Envelopes nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS e nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.5. A entrega dos envelopes indica que o licitante conhece e aceita todos os termos e condições estabelecidas nesta Carta-Convite.

6. PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 1

6.1. Os documentos que compõem a PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser apresentados sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas ou observações feitas à margem e serem preenchidos a máquina ou impressos, e apresentados devidamente assinados pelo representante legal do licitante.

6.2. A PROPOSTA DE PREÇOS compreende a apresentação dos seguintes documentos:

6.2.1. Folha Proposta, elaborada conforme modelo sugerido (Anexo E), contendo os seguintes elementos:

6.2.1.1. Preço global escrito em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos incorridos pelo proponente na data da apresentação da proposta, incluindo, entre outros: tributos, salários, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, depósito de caução, frete, lucro, etc.

6.2.1.2. Prazo de execução da obra, respeitado o **prazo máximo de 90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da data da "ORDEM DE INÍCIO", em absoluta concordância com o disposto nesta Carta-Convite, na proposta de fornecimento apresentada pela licitante e no contrato.

6.2.2. Planilha de Serviços, Quantidades e Preços, elaborada conforme modelo sugerido (Anexo F), a ser preenchida pela licitante a partir do minucioso e completo exame das características do projeto, das plantas, do memorial técnico, da planilha de serviços e quantidades oferecida pela Administração, além da vistoria obrigatória e das diligências que livremente decidir realizar.

6.2.2.1. A licitante deverá preencher e calcular o preço unitário e global de cada item constante da planilha.

6.2.2.2. Os quantitativos apresentados pela Administração correspondem ao projeto licitado e foram determinados com base nos elementos disponibilizados.

6.2.2.3. Caso o licitante constate divergências significativas nos quantitativos apresentados deve indicá-las para que sejam avaliadas pela Administração e, em caso de necessidade, corrigidas as planilhas e republicado o edital.

6.3 A Proposta será válida por 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data final de entrega dos envelopes.

6.4. Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Julgadora da Licitação.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2

7.1. Para efeito de habilitação no presente certame, o licitante deverá apresentar:

7.1.1. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, pela apresentação de:

a. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

b. Certidão de Regularidade de Débitos Relativos aos Créditos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991.

7.1.1.1 Para a habilitação de licitantes que disputem o certame na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 7.1.1. desta Carta-Convite, ainda que deles conste alguma restrição.

7.1.1.2. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, habilitadas nas condições do subitem 7.1.1.1. deverão comprovar sua regularidade fiscal apresentando as competentes certidões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.1.1.3. A não comprovação da regularidade fiscal no prazo assinalado no subitem 7.1.1.2. implica a decadência do direito à contratação e enseja a aplicação das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993 e nesta Carta-Convite.

7.1.2. Atestado(s) de desempenho anterior em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo, para fins de verificação da compatibilidade e pertinência do seu conteúdo em relação ao objeto desta licitação, as características na forma abaixo indicada:

O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar:

a) Execução de instalações de cabeamento estruturado em categoria 6, no mínimo 50% do objeto licitado, ou seja, 63 pontos;

OBS.1: Não é necessário que os atestados apresentados para atendimento às exigências das alíneas acima se refiram a uma única edificação. Podem ser apresentados atestados de edificações diferentes.

Solicita-se destacar os itens relevantes nos atestados com marca-texto.

OBS. 2: Quando os atestados apresentados referirem à subcontratação, deverão vir acompanhados de documento emitido pelo contratante original, proprietário da obra, demonstrando que a subcontratação ocorreu com sua plena autorização.

7.1.2.1. A Comissão Julgadora da Licitação poderá realizar diligência para comprovar a origem e o conteúdo do(s) atestado(s) apresentado(s) pelas licitantes.

7.1.2.2. A diligência poderá ser dispensada quando a licitante apresentar, juntamente com o atestado de desempenho anterior, o acervo técnico do profissional responsável pela obra objeto do atestado (expedido pela entidade profissional competente), em que conste a obra e seus dados técnicos, a razão social da empresa licitante e o nome do contratante, dados estes que deverão ser compatíveis com os expressos no atestado.

7.1.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de documento(s) que demonstre(m) dispor a licitante, na data final prevista para a apresentação dos envelopes, de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica de execução de obra(s) de características e complexidade semelhantes às do objeto da licitação, certificado pela entidade profissional competente.

O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar capacitação técnico-profissional para:

a) Execução de serviços compatíveis com o objeto licitado (através de Comprovação de capacitação técnica por meio de atestado emitido por pessoa jurídica ou física devidamente acervado junto ao conselho de classe competente em que fique comprovada a execução e montagem de rede de cabeamento estruturado categoria 6).

7.1.3.1. A comprovação do vínculo profissional poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou ainda, no caso de profissional autônomo, mediante contrato particular entre a licitante e o profissional, pelo qual este se obrigue a realizar os serviços correspondentes e a funcionar como responsável técnico caso a licitante se sagre vencedora do certame.

7.1.3.2. O(s) profissional(is) indicados(s) deverá(ão) compor o quadro de responsáveis técnicos das obras e serviços ora contratados.

7.1.4. Relação indicando a qualificação dos membros da equipe técnica que realizará os trabalhos e declaração formal da sua disponibilidade, incluindo no mínimo:

a) Técnico especializado, com comprovação conforme item “a” da capacitação técnico profissional

7.1.5 Declaração de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo sugerido (Anexo G).

7.1.6 Declaração de atendimento às normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo, conforme modelo sugerido (Anexo H).

7.1.7. Documento comprovando a realização de vistoria, nos termos do modelo sugerido (Anexo D). A Comissão de Licitação poderá diligenciar junto aos autos referentes ao presente certame para fins de verificação do cumprimento da exigência constante do subitem 4.1.

7.1.8 No caso de cooperativas, registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

7.2. A apresentação do Registro Cadastral (**RC**) ou do Registro Cadastral Simplificado (**RCS**) emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, nos termos da Lei Federal 8.666/1993 e do Decreto Estadual nº 52.205/2007, e em plena validade na data final de apresentação das propostas, substitui os documentos apresentados para sua emissão, sendo que a documentação restante obrigatoriamente deverá ser apresentada pela licitante.

7.2.1. A licitante que utilizar do Registro Cadastral (**RC**) ou o Registro Cadastral Simplificado (**RCS**) fica obrigada a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação. A não apresentação de declaração será entendida como manifestação de inexistência de fato que possa inabilitá-la.

7.2.2. A licitante detentora do **RC** ou **RCS** cuja validade não se encontre vigente em sua totalidade, ou seja, que apresente algumas certidões vencidas, poderá utilizá-lo nesta licitação, porém esse somente substituirá os documentos nele vigentes. Neste caso, as certidões indicadas como vencidas deverão ser apresentadas devidamente atualizadas e vigentes, em qualquer processo de cópia autenticada.

7.2.3. A apresentação do RC ou RCS somente substitui os documentos apresentados para a inscrição no CAUFESP, nos termos do artigo 4º do Decreto Estadual nº 52.205/2007.

7.2.4. Os interessados no **RC** expedido pelo **CAUFESP** poderão obter informações diretamente no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

7.3. Os documentos apresentados deverão, quando for o caso, estar em plena validade na data final fixada para a apresentação dos envelopes.

7.3.1. Quando o documento não indicar prazo de validade, de forma a satisfazer as disposições do item 7.3. acima, a data de sua expedição pelo órgão de origem não deverá ser anterior a 180 (cento e oitenta) dias corridos da data final fixada para a apresentação dos envelopes, indicada no preâmbulo desta Carta-Convite.

7.3.2. Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei Federal nº 9.012, de 30/3/1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da Administração, a atualizar os documentos apresentados em cumprimento ao subitem 7.1.1. alíneas “a” e “b”, que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da assinatura do contrato, caso as certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.

7.3.2.1. Fica facultado à Administração consultar os sites da Receita Federal, www.receita.fazenda.gov.br, e da Caixa Econômica Federal, www.cef.gov.br, para fins de obtenção das correspondentes certidões atualizadas. Após verificação, o servidor da USP deverá certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados, mediante declaração nesse sentido, devidamente assinada.

7.4. Os documentos necessários para a comprovação dos requisitos de habilitação, conforme relação acima, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, não sendo aceitos protocolos.

8. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. Os envelopes nº 1 e nº 2 contendo, respectivamente, a PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverão ser entregues no local, data e horário indicados no preâmbulo desta Carta-Convite.

8.2. A sessão pública de abertura dos envelopes terá início cinco minutos depois de encerrado o prazo para apresentação destes, com a abertura dos envelopes nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS.

8.2.1. Os envelopes nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, depois de rubricados por todos os presentes, ficarão sob a guarda da Comissão Julgadora da Licitação fechados e inviolados, até serem abertos em sessão pública.

8.3. A licitante poderá ser representada neste certame por seu representante legal ou por pessoa devidamente credenciada, apresentando à Comissão Julgadora documentos que evidenciem possuir poderes específicos para intervir no processo licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente.

8.3.1. A documentação necessária para o credenciamento compreende:

a. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da proponente: Estatuto ou Contrato Social ou outro instrumento equivalente, devidamente registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedade simples, do ato constitutivo acompanhado, quando couber, da ata de eleição da diretoria, registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do qual conste expressamente poderes para exercer a gerência da sociedade ou exercer direitos e assumir obrigações em nome da licitante;

b. Tratando-se de procurador: instrumento público ou particular de procuração (modelo constante do Anexo B), neste caso com firma reconhecida, do qual constem explicitamente poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, acompanhado de documento comprobatório da capacidade do(s) outorgante(s) para constituir mandatário, nos moldes do item “a”, acima; e

c. Em ambos os casos o representante deverá identificar-se mediante a apresentação de Cédula de Identidade ou outro documento oficial válido para fins de identificação.

8.3.2 É vedada a representação de mais de uma licitante por uma mesma pessoa.

8.4. Todos os trabalhos e ocorrências verificados durante a sessão pública serão registrados em ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e pelos representantes credenciados presentes.

8.5. O julgamento das propostas e da habilitação das licitantes poderá ser realizado em sessão reservada, a critério da Comissão Julgadora da Licitação.

8.6. As comunicações referentes ao certame serão divulgadas no site: www.usp.br/licitacoes, no Quadro de Avisos da Escola de Engenharia de São Carlos-EESC/USP e mediante a expedição de correspondência aos licitantes interessados, alternativamente, por via postal, e-mail ou fac-símile.

9. ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. Esta licitação é do tipo menor preço e será considerada vencedora do certame a licitante que, atendendo a todas as condições estabelecidas nesta Carta-Convite, apresentar o menor preço.

9.1.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem integralmente às disposições desta Carta-Convite.

9.2. Abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, estas serão verificadas pela Comissão Julgadora da Licitação, rubricadas por todos os presentes e juntadas ao respectivo processo.

9.2.1. Na hipótese de divergência entre valores da “planilha de serviços e quantidades” e o “valor global da proposta”, prevalecerá sempre o apurado aritmeticamente através da somatória dos produtos dos preços unitários pelas respectivas quantidades constantes da planilha.

9.3. Para fins de julgamento das propostas, e em conformidade com a Planilha de Serviços, Quantidades e Preços Estimados que faz parte desta Carta-Convite, o Valor Global Estimado (VGE) desta licitação é de **R\$ 208.464,07 (duzentos e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sete centavos)**.

9.4. Como critério de aceitabilidade das propostas, fica estabelecido, pela ordem:

9.4.1. Serão consideradas de preços excessivos, e, portanto, desclassificadas, as propostas que apresentarem valor global superior ao Valor Global Estimado (VGE).

9.4.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

9.4.2.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do Valor Global Estimado (VGE) pela Administração; ou

9.4.2.2. Valor Global Estimado (VGE) pela Administração.

9.4.3. Das licitantes detentoras de propostas consideradas exequíveis, conforme disposto no subitem 9.4.2. deste Capítulo, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os seus subitens 9.4.2.1. e 9.4.2.2., será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no instrumento convocatório, igual à diferença entre o valor resultante do subitem 9.4.2. deste Capítulo e o valor da correspondente proposta.

9.5. As propostas consideradas válidas e exequíveis até esse momento serão classificadas pela ordem crescente de preços.

9.5.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação obedecerá ao critério de sorteio em ato público para o qual todas as licitantes serão convocadas a comparecer.

9.6. Em cumprimento ao disposto nos artigos 44 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006, depois de classificadas as propostas, será dada preferência de contratação para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, desde que o preço global ofertado seja igual ou até 10% (dez por cento) superior ao da proposta válida de menor preço, observados os seguintes procedimentos:

9.6.1. Todas as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, enquadradas na hipótese do item 9.6. serão convocadas para sessão pública a se realizar em prazo não inferior a 2 (dois) dias úteis.

9.6.2. A ME, EPP, MEI ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, mais bem classificada será convidada a apresentar nova proposta com preço inferior ao da proposta válida de menor preço.

9.6.2.1. A nova proposta compreende os documentos indicados no item 6.2. desta Carta-Convite, a saber: Folha Proposta e Planilha de Serviços, Quantidades e Preços.

9.6.3. Caso a ME, EPP, MEI ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, mais bem classificada não exerça o direito de preferência na forma do item 9.6.2., as demais microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na hipótese do item 9.6. serão convidadas, na ordem de classificação, a exercer o direito de preferência.

9.6.4. O não comparecimento à sessão pública ou a não apresentação de nova proposta com preço inferior àquela classificada em primeiro lugar implicará a preclusão do direito de preferência.

9.6.5. Se a ME, EPP, MEI ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, exercer o direito de preferência, a classificação das propostas será reformulada, levando em consideração o novo preço proposto. Caso contrário, será mantida a classificação elaborada na forma do item 9.5.

9.6.6. O item 9.6. não se aplica quando a proposta de menor preço global pertencer a uma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.

9.7. Encerrado o julgamento e classificação das propostas, inclusive com a decisão de eventuais recursos, os envelopes nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão devolvidos fechados às licitantes desclassificadas.

10. ANÁLISE E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

10.1. A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação poderá ocorrer na mesma sessão pública, em seguida ao julgamento e classificação das propostas, se todos os licitantes desistirem da interposição de recurso, ou em data, horário e local previamente divulgados.

10.2. Na análise e julgamento da habilitação serão observados os seguintes procedimentos:

10.2.1. Abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das 3 (três) licitantes mais bem classificadas.

10.2.2. Verificação pela Comissão Julgadora da Licitação da documentação de habilitação, que será rubricada por todos os presentes e juntada ao respectivo processo.

10.2.3. Julgamento da habilitação, considerando-se habilitadas as licitantes que demonstrarem o atendimento de todas as condições de habilitação, nos termos da Seção 7 desta Carta-Convite.

10.2.4. Ocorrendo inabilitações, serão abertos, na ordem de classificação, os envelopes de tantas licitantes classificadas quantas forem as inabilitadas.

11. RESULTADO FINAL, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1. Concluído o julgamento do certame, inclusive com a decisão de eventuais recursos, o resultado final desta licitação será divulgado e o processo será encaminhado à autoridade competente para homologação e adjudicação.

11.2. Caso a licitante vencedora do certame tenha concorrido na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, se for o caso, deverá comprovar sua regularidade fiscal apresentando as competentes certidões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

11.3. Caso seja vencedora do certame, a cooperativa de trabalho deverá indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a contratante.

12. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

12.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos sobre a presente licitação mediante o envio de e-mail para licitacoes@eesc.usp.br aos cuidados da Comissão Julgadora da Licitação.

12.1.1. Os possíveis pedidos de esclarecimento devem ser apresentados com antecedência de 2 (dois) dias úteis, em relação à data final fixada para a apresentação das propostas, de maneira a permitir o mínimo tempo para o trâmite interno necessário ao exame, preparo da resposta e transmissão aos interessados.

12.1.2. A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será divulgada no seguinte site: www.usp.br/licitacoes e em Quadro de Avisos, sendo de total responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações.

12.2. As impugnações ao instrumento convocatório e os recursos contra os atos de habilitação ou julgamento de propostas deverão ser dirigidos ao Diretor da Escola de Engenharia de São Carlos-EESC/USP e encaminhadas ao Serviço de Licitações e Contratos – SVLICON/EESC/USP, no e-mail licitacoes@eesc.usp.br, até às 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo, conforme previsto em lei.

12.2.1. As consultas aos processos físicos deverão ser *previamente* agendadas pelo e-mail licitacoes@eesc.usp.br,

12.2.2. Visando facilitar o acesso aos autos sem a necessidade de deslocamento dos interessados, o requerente poderá especificar os documentos e solicitar o encaminhamento por e-mail de cópia digitalizada.

12.3. Os prazos para recursos poderão ser eliminados sempre que todas as licitantes potencialmente interessadas estiverem presentes e desistirem da interposição de recursos.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. A Administração consultará nos termos do artigo 6º, incisos I e II da Lei Estadual nº 12.799/08 c.c. artigo 7º, incisos I e II e § 1º do Decreto Estadual nº 53.455/08, o CADIN ESTADUAL, como condição para celebração do contrato e repasse do valor correspondente ao pagamento.

13.1.1. A existência de registro no Cadin Estadual constitui impedimento para a realização dos atos acima descritos.

13.1.2. Inexistindo impedimento à contratação, a Unidade convocará o vencedor da licitação para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega da intimação ou da publicação, assinar o contrato, conforme minuta integrante desta Carta-Convite.

13.2. A Administração exigirá da ADJUDICATÁRIA o depósito de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que deverá ser efetuado antes do ato de assinatura do contrato.

13.2.1. A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia, na forma da legislação aplicável e;
- c) fiança bancária.

13.2.2. A garantia apresentada pela ADJUDICATÁRIA deverá ser válida por no mínimo **240** (duzentos e quarenta) dias, para cobrir todo o período de vigência do contrato, até recebimento definitivo, após o prazo de observação indicado no item 2.2.1. da minuta de contrato.

13.3. A Administração também exigirá da CONTRATADA, atestado de responsabilidade técnica, obtido junto à entidade profissional competente, dos responsáveis pelas áreas técnicas específicas envolvidas na obra.

13.4. O **Cronograma Físico-Financeiro** deverá ser apresentado pelo Contratado quando da assinatura do contrato, tornando-se parte integrante deste. Este Cronograma Físico-Financeiro deverá ser elaborado com base no Cronograma Físico fornecido pela Universidade, composto com os preços unitários ofertados pela licitante, e ainda, deverá manter rigorosa coerência entre as parcelas executadas e o respectivo valor a ser pago ao executor dos serviços.

13.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à multa por inexecução, no importe de 20% (vinte por cento) do valor de sua proposta.

13.6. No caso de contratação com sociedades cooperativas, ocorrerá a rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 57.159/2011.

13.7. A CONTRATADA tem a obrigação dar pleno cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Aplicam-se a esta licitação as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este Edital e se encontra disponível nos seguintes endereços: www.usp.br/gefim e <http://www.leginf.usp.br>, nos termos que dispõe a Cláusula DAS PENALIDADES do ANEXO MINUTA DE CONTRATO.

14.2. Os casos omissos no presente certame serão solucionados pela Comissão Julgadora da Licitação.

14.3. A publicidade dos atos pertinentes a esta licitação será efetuada no site www.usp.br/licitacoes, no Quadro de Avisos da Escola de Engenharia de São Carlos-EESC/USP e mediante a expedição de correspondência aos licitantes interessados, alternativamente, por via postal, *e-mail* ou fac-símile.

14.4. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação não resolvidas na esfera administrativa será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Carlos, 25 de janeiro de 2023.

Prof. Dr. Edson Cezar Wendland
Diretor da EESC/USP

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR MEIO DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EESC/USP, E A EMPRESA

A **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio da **ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – EESC/USP**, C.N.P.J. nº **63.025.530/0028-24**, neste ato representada pelo seu Diretor, **Prof. Dr. Edson Cezar Wendland**, RG nº, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 6.561, de 16.06.2014, de ora em diante designada **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa _____, C.N.P.J. nº _____, com sede na _____, nº _____, -, representada na forma de seu estatuto social pelo Sr.(a.) _____, R.G. nº _____, na qualidade de vencedora do **CONVITE nº 001/2023-EESC**, nos termos do artigo 23, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, doravante denominada como **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, tratado no **PROCESSO Nº 2023.1.93.18.6**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia civil, em regime de empreitada por preço global, para **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REFORMA – CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT.6 DA BIBLIOTECA DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS, NO CAMPUS I DA USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) EM SÃO CARLOS/SP.**

1.2 Constituem-se em partes integrantes do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) **Carta-Convite nº 001/2023-EESC** e seus respectivos Anexos;
- b) a Proposta de ____ de _____ de _____, apresentada pela **CONTRATADA**; e,
- c) Cronograma Físico-Financeiro com base no Cronograma Físico fornecido pela Escola de Engenharia de São Carlos-EESC/USP, com os preços ofertados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

2.1 A medição será mensal, realizada no primeiro dia útil do mês imediatamente seguinte ao da realização dos serviços, com a presença do responsável técnico da **CONTRATADA**.

2.1.1 Serão recusados/glosados os serviços ou materiais empregados na execução do objeto que apresentem defeitos, vícios de execução ou não conformidades em relação às especificações técnicas, sendo a **CONTRATADA** convocada a refazer e/ou corrigir as falhas apontadas sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, sob pena de caracterização do descumprimento da obrigação assumida e aplicação das penalidades prevista na Cláusula Oitava deste Contrato.

2.1.2 O aceite dos serviços medidos mensalmente é condição essencial para a liberação dos pagamentos e levará em conta, também, o fiel cumprimento de todas as obrigações da **CONTRATADA**, indicadas neste ajuste.

2.1.3 Sendo necessários equipamentos e condições mecânicas para a realização das medições, estes serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

2.2. A **CONTRATANTE** deverá ser formalmente comunicada da conclusão da execução das obras e serviços, para realização da medição final e recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, a ser formalizado no prazo de 15 dias contados da comunicação.

2.2.1. Formalizado o recebimento provisório, inicia-se o prazo de observação de 90 (noventa) dias corridos.

2.3. Durante o prazo de observação será realizada a vistoria das obras e serviços realizados, com o objetivo de identificar eventuais falhas e vícios de execução ou constatar a adequação do objeto aos termos contratuais.

2.3.1 Caso detectado qualquer defeito, vício ou inadequação, a **CONTRATADA** será convocada a corrigir as falhas apontadas no prazo fixado pela Fiscalização e novo prazo de observação terá início a partir da correção dos vícios apontados.

2.4. O recebimento definitivo do objeto contratual ocorrerá após o decurso do prazo de observação, com base em laudo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

2.4.1. Decorrido o prazo de observação, a **CONTRATANTE** informará a **CONTRATADA** sobre o aceite definitivo do objeto e a convocará para a celebração do termo circunstanciado de recebimento definitivo.

2.4.2. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo dependerá ainda:

2.4.4.1 da limpeza e desimpedimento dos locais abrangidos pela execução dos serviços;

2.4.4.2 da entrega dos desenhos de cadastramento pela execução dos serviços executados (*as built*).

2.5. Recebidos definitivamente os serviços e obras, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, solidez, correção e segurança dos trabalhos executados subsistirá na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 O prazo de vigência deste contrato terá início na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o recebimento definitivo do objeto.

3.2 Se necessária a reprogramação do **Cronograma Físico-Financeiro** anexo ao presente contrato, o novo Cronograma Reprogramado deverá manter rigorosa coerência entre as parcelas executadas e o respectivo valor a ser pago ao executor dos serviços, respeitado o **prazo máximo de execução**.

3.3 O PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data fixada na “ORDEM DE INÍCIO” e com o desenvolvimento obedecendo à programação fixada no Cronograma Físico-Financeiro.

3.3.1 A entrega da “ORDEM DE INÍCIO” à **CONTRATADA** deverá ocorrer em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.

3.3.2 Excepcionalmente, desde que de interesse da **CONTRATANTE**, devidamente justificado no respectivo processo, o prazo de execução e, conseqüentemente, o de vigência poderá ser prorrogado.

3.4 Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais como nos prazos de início e conclusão, somente serão admitidos pela **CONTRATANTE** quando fundamentados em motivo de força maior ou caso fortuito, conforme caracterizado no Código Civil, ou nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4.1 Na ocorrência de atrasos, os pedidos de prorrogação de prazos parciais, devidamente justificados, deverão ser encaminhados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, por escrito, acompanhados dos respectivos Cronogramas Físico-Financeiros Reprogramados, em até 5 (cinco) dias corridos após o evento que lhes deu causa.

3.4.2 Os pedidos de prorrogação de prazo final, devidamente justificados, deverão ser encaminhados 30 (trinta) dias corridos antes de findar o prazo original.

3.4.3 Admitida a prorrogação de prazo, será lavrado o competente Termo de Aditamento, que terá como base o Cronograma Físico-Financeiro Reprogramado, elaborado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **CONTRATANTE**.

3.4.4 A simples ocorrência de chuvas não justifica a prorrogação de prazo, salvo quando se tratar de temporais ou períodos excepcionais de chuvas, plenamente comprovados, inclusive por meio de gráfico de chuvas, realizados por órgãos competentes, aceitos pela **CONTRATANTE**.

3.5 Eventual suspensão da execução do objeto deste contrato será determinada pela **CONTRATANTE** por meio de ordem escrita e fundamentada à **CONTRATADA**.

3.5.1 Caso a suspensão da execução do objeto torne necessária a prorrogação do prazo de execução contratual, tal dilação será objeto de Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR, ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS E PAGAMENTO

4.1 O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

4.2 Os preços da parcela da obra porventura remanescente serão reajustados, observando-se a periodicidade de 12 (doze) meses, a **contar da data de apresentação da respectiva proposta**, com base na variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil no período.

4.3 A despesa onerará a Classificação Funcional Programática: **12.364.1043.5304** – Classificação da Despesa Orçamentária: **33.90.40** – Fonte de Recursos: **Tesouro**, do orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da Lei Estadual nº 10.320, de 16/12/1968, conforme Nota de Empenho nº _____ - exercício de _____.

4.4 Os pagamentos serão efetuados com base na medição dos serviços efetivamente prestados pela **CONTRATADA**, observadas as parcelas de desembolso previstas no cronograma físico-financeiro anexo a este contrato, no prazo de 28 (vinte e oito) dias corridos, contados do primeiro dia seguinte ao da medição dos serviços prestados (vide item 2.1), nos termos da Portaria GR 4.710/2010, que integra este contrato.

4.4.1 A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, em agência do **BANCO DO BRASIL S/A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada à negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

4.4.1.1 O pagamento somente poderá ser efetuado após o implemento das seguintes condições:

a) aceite dos serviços medidos, nos termos do disposto na cláusula 2.4;

b) entrega, pela **CONTRATADA**, da documentação fiscal; e

c) apresentação de cópia autenticada dos comprovantes de recolhimento de INSS (GRPS), FGTS (GRE) e respectiva folha de pagamento, devidamente quitada, relativa ao mês de prestação do serviço objeto da nota fiscal-fatura em liquidação.

4.4.2 O pagamento ficará condicionado à entrega, pela **CONTRATADA**, de registro de responsabilidade técnica dos serviços, onde deverá constar a referência expressa ao número do contrato, seu objeto e ter seus campos integralmente preenchidos.

4.4.3 Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

4.4.3.1 Caso não ocorra a regularização no prazo assinalado no item 4.4.3, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até sete dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

4.4.4 O pagamento ficará condicionado a não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e § 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e § 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

5.1 No cumprimento deste contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a:

5.1.1 Executar, utilizando procedimento da melhor técnica, e entregar as obras e serviços em perfeitas condições, em estrita obediência à legislação vigente, às disposições aplicáveis da ABNT e às determinações da **CONTRATANTE**.

5.1.2 Arcar com todas as despesas referentes ao fornecimento de materiais, mão-de-obra (especializada ou não), máquinas, ferramentas, equipamentos, transportes em geral, seguro dos operários e contra terceiros, tributos, encargos sociais e trabalhistas e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e que a qualquer título se façam necessárias, inclusive as relacionadas com a elaboração dos serviços executados (*as built*).

5.1.2.1 Fornecer todo material rigorosamente de acordo com a indicação do fabricante e nome fantasia expressamente estipulados na sua proposta, ficando claro que a **CONTRATANTE** não aceitará material similar de outro fabricante ou tipo, salvo por razão superveniente, plenamente justificada e comprovada, e previamente aprovada pela **CONTRATANTE**.

5.1.2.2 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência às despesas especificadas no item 5.1.2 não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.1.3 Observar rigorosamente a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, acatar as determinações das autoridades competentes, respeitar e fazer com que sejam respeitadas e cumpridas as determinações da Portaria GR nº 3.925, de 21.02.2008, constantes do Anexo deste Contrato.

5.1.4 Proceder à remoção de entulhos, bem como à retirada de máquinas, equipamentos, instalações e demais bens de sua propriedade para fora dos próprios da USP, após ser lavrado o “Termo de Recebimento Provisório”, e dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**. Findo este prazo, a **CONTRATANTE** promoverá a retirada, debitando as respectivas despesas à **CONTRATADA**.

5.1.5 Manter os locais de trabalho limpos e desimpedidos.

5.1.6 Executar, às suas custas, os reparos que se fizerem necessários, de acordo com as determinações da **CONTRATANTE**, para que os serviços sejam entregues na qualidade estabelecida.

5.1.7 Facilitar todas as atividades da **CONTRATANTE**, bem como das supervisões dos seus técnicos, fornecendo as informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução.

5.1.8 Atender prontamente as reclamações e exigências da **CONTRATANTE**, refazendo e corrigindo, quando for o caso, e às suas expensas, as partes dos serviços que comprovadamente não atenderem às especificações e normas técnicas exigidas.

5.1.9 Submeter-se ao controle periódico das atividades constantes do Cronograma Físico-Financeiro, atendendo às convocações da **CONTRATANTE** para reuniões de avaliação.

5.1.10 Manter as obras e serviços executados, até ser lavrado o “Termo de Recebimento Definitivo”, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

5.1.11 Manter, no local dos serviços, “Diário de Obras”, onde tanto a **CONTRATADA** quanto a **CONTRATANTE** deverão registrar tudo o que julgarem conveniente para a comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente pelas partes.

5.1.12 Manter, desde o início até a conclusão dos serviços, profissional, devidamente registrado na entidade profissional competente e com currículo aprovado pela **CONTRATANTE**, que seja apto a responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, receber comunicações e intimações relativas ao contrato e com plenos poderes perante a **CONTRATANTE**.

5.1.13 Não alojar seu pessoal de produção no “Campus” da USP, a não ser vigias e seguranças, em número previamente limitado pela **CONTRATANTE**.

5.1.14 Fornecer e colocar as placas de obra, conforme modelo fornecido pela **CONTRATANTE**.

5.1.15 Manter a guarda e vigilância dos locais dos serviços, já que à **CONTRATANTE** não caberá nenhuma responsabilidade por furtos, roubos ou extravios.

5.1.16 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.17 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, no caso de obras e serviços, e em até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício.

5.1.18 Não subcontratar o total dos serviços e obras objeto deste contrato, sendo-lhe permitido fazê-lo parcialmente, continuando, entretanto, a responder, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais.

5.1.18.1 As subcontratações deverão ser autorizadas previamente e por escrito pela **CONTRATANTE**, não cabendo qualquer alegação de aceitação tácita por parte da **CONTRATANTE**.

5.1.18.2 Não existirá qualquer vínculo contratual entre as subcontratadas e a **CONTRATANTE**, perante a qual a única responsável pelo cumprimento do contrato será sempre a **CONTRATADA**.

5.1.19. Manter atualizado seu endereço completo, *e-mail* e telefone.

5.1.20 Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.

5.2 No cumprimento deste contrato, a **CONTRATADA** é responsável:

5.2.1 Direta e exclusivamente pela execução da obra, fornecimentos e mão-de-obra e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

5.2.2 Pela análise e estudos dos desenhos do projeto e de todos os documentos que o complementam, fornecidos pela **CONTRATANTE**, para a execução dos serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos. Caso a **CONTRATADA** constate quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, à **CONTRATANTE**, para que tais defeitos sejam sanados, se procedentes forem.

5.2.3 Por quaisquer diferenças, erros ou omissões em informações que vier a fornecer à **CONTRATANTE**.

5.2.4 Por todas as obrigações decorrentes da legislação social, trabalhista e previdenciária a que estiver sujeita pela execução deste contrato.

5.2.5 Pela apólice de seguro contra acidentes, de modo a cobrir danos de qualquer natureza, inclusive contra incêndio, válida para todas as suas instalações, equipamentos, materiais e pessoal sob sua responsabilidade, bem como danos pessoais e materiais contra terceiros.

5.2.6 Pela manutenção dos serviços executados até o recebimento definitivo por parte da **CONTRATANTE**, arcando com os custos de eventuais reparos.

5.2.7 Pelo custo dos ensaios que forem exigidos pela **CONTRATANTE** para aferir a qualidade e as características dos materiais empregados ou serviços executados, em firmas ou entidades de capacidade e idoneidade comprovadas.

5.2.8 Pela execução, às suas expensas, dos reparos ou correções de quaisquer irregularidades ou defeitos constatados nos serviços executados decorrentes de inobservância ou infração das disposições do contrato e de leis e regulamentos em vigor, independentemente de qualquer notificação da **CONTRATANTE** neste sentido.

5.2.9 Pelo pagamento de indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por negligência, imprudência ou imperícia, a empregados ou bens da **CONTRATANTE** ou de terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade.

5.2.10 Durante cinco anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro.

5.3 No cumprimento deste contrato a **CONTRATANTE** obriga-se a:

5.3.1 Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.

5.3.2 Emitir a Ordem de Início dos Serviços;

5.3.3 Fornecer à **CONTRATADA**, a tempo de não comprometer o Cronograma Físico-Financeiro, todos os elementos do projeto executivo, especificações e referências necessários ao perfeito andamento dos serviços.

5.3.4 Liberar, completamente, as áreas destinadas aos serviços.

5.3.5 Proceder às medições mensais dos serviços efetivamente realizados.

5.3.6 Pagar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, nos termos exatos deste ajuste;

5.3.7 Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, nos prazos e condições estipulados neste ajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL DA CONTRATADA

6.1 A **CONTRATADA** empregará, na execução dos serviços, pessoal quer de direção, quer de execução, de reconhecida competência, aptidão e idoneidade, sendo ela considerada a única e exclusiva empregadora.

6.2 A **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** julgado incompetente, inábil ou prejudicial à disciplina, sem qualquer responsabilidade ou ônus para a **CONTRATANTE** quer perante a **CONTRATADA**, quer perante o próprio empregado.

6.3 A **CONTRATADA** não poderá contratar pessoal que esteja a serviço da **CONTRATANTE**.

6.4 A **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, solicitar da **CONTRATADA** a documentação referente aos contratos de trabalho de seus empregados e dos empregados de subcontratadas que se encontrarem trabalhando nos locais das obras.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO

7.1 Não obstante ser a **CONTRATADA** a única e exclusiva responsável, inclusive perante terceiros, pela execução do objeto do contrato, reserva-se à **CONTRATANTE** o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da **CONTRATADA**, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços.

7.2 A ação fiscalizadora se efetivará por técnicos designados pela **CONTRATANTE**.

7.3 Caberá à Fiscalização verificar se no desenvolvimento dos serviços estão sendo cumpridas as disposições deste contrato e dos documentos que o integram e, também, autorizar a substituição de materiais e alterações de projeto e, ainda, participar de soluções de eventuais problemas executivos e de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas no ajuste, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

8.2. A advertência é aplicável em caso de descumprimento de obrigação acessória que não resulte em prejuízo à execução do objeto principal do contrato.

8.3. Poderão ser aplicadas multas, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, observados os seguintes tipos e respectivos percentuais:

- a) Cominatória: A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
 - I – Até o 30º dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia;
 - II – A partir do 31º dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - a.1) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração.
- b) Moratória: A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
 - I – Até o 30º dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;
 - II – A partir do 31º dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
 - b.1) A multa moratória não excederá a 20% (vinte por cento) da obrigação cumprida em atraso.
- c) Por inexecução total ou parcial do contrato: A multa será de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, e será aplicada quando for imputável à CONTRATADA a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora, em especial nas situações que ensejam a rescisão unilateral do contrato, previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/1993.

8.4. As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

8.5. Poderão ser aplicadas, ainda, as penas de suspensão temporária de participação em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.6. As sanções restritivas do direito de licitar e contratar poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

8.7. O procedimento administrativo garantirá o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Resolução USP nº 7601/2018.

8.8. As sanções aplicadas pela Administração serão registradas no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br; no Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

8.9. As multas não têm caráter compensatório. Independentemente das sanções aplicáveis, a contratada ficará sujeita à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença verificada em nova contratação na hipótese de os demais classificados não aceitarem contratar pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

8.10. As multas e demais débitos não pagos pela CONTRATADA são pendências passíveis de serem registradas no CADIN Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA CONTRATUAL

9.1 No ato da assinatura deste contrato a **CONTRATADA** apresentou garantia na modalidade _____, na importância de R\$ _____ (_____) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao contrato, por meio da guia nº _____, que ficará retida até seu fiel cumprimento.

9.2 A garantia prestada será liberada ou restituída após o recebimento definitivo da obra.

9.2.1 Caso a garantia oferecida pela **CONTRATADA** evidencie qualquer impropriedade ou incorreção em seu teor ou origem, ou se for utilizada no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, exigir sua regularização ou substituição no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação.

9.2.2 A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados no subitem anterior sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes consequências:

a. retenção dos pagamentos que lhe sejam devidos, para recomposição da garantia contratual, na modalidade caução em dinheiro; ou

b. caracterização de inexecução contratual, ensejando a consequente aplicação das penalidades previstas na cláusula oitava e, ainda, a rescisão do ajuste com fundamento no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

9.2.2.1 Caberá à Administração contratante decidir motivadamente entre a retenção de pagamentos para recomposição da garantia contratual ou a caracterização da inexecução contratual.

9.2.3 A devolução da garantia não isenta a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

9.2.4 À **CONTRATANTE** cabe descontar da garantia toda a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA**.

9.2.5 A correção monetária da garantia prestada na forma de caução em dinheiro será calculada com base na variação de índice IPC/FIPE e, no caso de utilização de cheque, a data inicial da correção será a do crédito bancário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DAS COMUNICAÇÕES RECÍPROCAS

10.1 Como condição da assinatura deste contrato foi entregue documento, assinado pelo representante legal da empresa, de designação dos responsáveis técnicos das obras e serviços da contratada.

10.1.1 Os responsáveis técnicos indicados no documento são os mesmos indicados como detentores de acervo exigido para qualificação técnica do procedimento licitatório, sendo que estes irão participar dos trabalhos e comparecer às convocações da **CONTRATANTE**.

10.1.2 Qualquer pedido de alteração do quadro de responsáveis técnicos pelas obras e serviços deverá ser apresentado à **CONTRATANTE** por escrito, para sua aprovação, acompanhado de nome, número de seu registro na entidade profissional competente e currículo dos profissionais.

10.1.2.1 A aprovação do pedido de alteração dependerá, dentre outros fatores, da manutenção da qualificação técnica exigida no procedimento licitatório.

10.1.2.2 A aprovação ou recusa do pedido de alteração será informada por correspondência escrita da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

10.1.3 Enquanto não for aprovada a alteração do quadro de responsáveis técnicos, manter-se-á a responsabilidade técnica dos profissionais inicialmente indicados.

10.1.4 Aprovado o pedido de alteração do quadro de responsáveis técnicos, a **CONTRATADA** entregará os comprovantes de registro da responsabilidade técnica correspondentes, obtidos junto à entidade profissional competente.

10.2 Ainda como condição da assinatura deste contrato, a **CONTRATADA** indicou, por escrito, pessoa responsável pelas comunicações referentes a este ajuste e recebeu da **CONTRATANTE** indicação de servidor com a mesma atribuição.

10.2.1 Quaisquer comunicações só terão efeito se realizadas entre as pessoas indicadas pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A falta de cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento ou a incidência do comportamento descrito no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, dará direito à CONTRATANTE de rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpeção judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação, em sendo inadimplente a CONTRATADA.

11.2. No caso de contratação com sociedades cooperativas, ocorrerá a rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o parágrafo 1º do artigo 1º do decreto estadual nº 57.159/2011.

11.3. No caso de rescisão, a fim de se ressarcir de eventuais prejuízos que lhe tenham sido causados pela CONTRATADA, a USP poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, em uma das suas Varas da Fazenda Pública, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não possam ser resolvidas pelas vias administrativas.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

São Carlos, em ___ de _____ de _____

P/ CONTRATANTE

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

a) _____
RG:
CPF:

b) _____
RG:
CPF:

ANEXOS DA MINUTA DO CONTRATO

PORTARIA GR N. 3925, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

(D.O.E. – 23.08.2008)

Artigo 1º - Ficam baixadas as Normas de Conduta de Obras e Serviços de Engenharia da Universidade de São Paulo, constantes do Anexo I.

Artigo 2º - Todos os contratos de obras e de serviços de engenharia celebrados pela Universidade deverão conter cláusula sobre a obrigatoriedade de cumprimento das normas de conduta para empresas prestadoras desses serviços, passando as referidas normas a fazer parte integrante dos contratos como Anexo.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria GR nº 3702, de 17.07.2006 (Prot. USP nº 2007.5.432.82.8).

Reitoria da Universidade de São Paulo, 21 de fevereiro de 2008.

SUELY VILELA
Reitora

ANEXO I

NORMAS DE CONDUTA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

1. As empresas contratadas para prestação de serviços de engenharia e obras devem cumprir as normas de saúde e segurança no trabalho constantes da CLT, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, especialmente as previstas na NR 18, ou outras que vierem a substituí-las, além das demais disposições relacionadas com a matéria, ainda que supervenientes.

2. A Universidade de São Paulo, por meio de seu Órgão responsável pela administração do contrato de serviços ou obras, exercerá a fiscalização quanto ao cumprimento das normas aqui referidas, obrigando-se a empresa a apresentar qualquer documentação eventualmente exigida e necessária para a averiguação do cumprimento das normas mencionadas.

3. Uma vez constatado o descumprimento das normas citadas, a USP registrará a ocorrência no Diário de Obras e notificará a empresa contratada a adotar, imediatamente, as medidas que apontar.

3.1. Caso a contratada não atenda as exigências da Universidade, será feita a rescisão contratual unilateral, como também será aplicada a multa prevista para as hipóteses de inexecução contratual contida na Portaria GR nº 3161/99, ou diploma legal que a substitua.

4. As obras e serviços de engenharia realizados pela Universidade de São Paulo devem ser de conhecimento da Coordenadoria do Espaço Físico da USP - COESF e assumem a classificação a seguir:

Categoria A - Construções de novos edifícios.

Categoria B - Intervenções em edifícios existentes que alterem sua área construída.

Categoria C - Intervenções em edifícios existentes que:

- contêm serviços de engenharia de grande complexidade técnica;
- alterem as características originais dos edifícios;
- alterem sua função (integral ou parcialmente).

Categoria D - Intervenções que não alterem as características originais do edifício, mas que apenas restabeleçam a qualidade inicial da construção.

4.1. É competência da COESF aprovar a realização das intervenções civis nas Categorias “A”, “B” e “C”, sendo que tal aprovação será suprida pela assinatura do respectivo Termo de Compromisso (de Empreendimento ou de Serviço), divulgado pelo Ofício GR/CIRC/102, de 14.02.2008. As intervenções classificadas na Categoria “D” dispensam tal aprovação e devem ser realizadas pela Unidade.

4.2. Eventual dúvida da Unidade Executora, a respeito do enquadramento da intervenção civil, deverá ser documentada por escrito, nos respectivos autos, mediante troca de e-mail ou fac-símile com a COESF. Caso não seja feita consulta à COESF, a Unidade Executora assumirá a responsabilidade pela classificação da intervenção civil, exarando Justificativa a respeito nos autos.

4.3. A COESF poderá realizar auditorias nas obras e serviços de engenharia e, em caso de irregularidades concernentes ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, poderá embargá-las até final regularização.

4.4. A competência referida no item 4.1. (acima) não afasta a responsabilidade que possui o Órgão da USP, responsável pela execução da obra/serviços, de fiscalizar se as regras de saúde e segurança do trabalho estão sendo obedecidas pela contratada.

5. Estas disposições deverão ser observadas em todas as licitações de obras e serviços de engenharia da USP.

D.O.E.: 27/02/2010

**[CONSOLIDADA] PORTARIA GR Nº 4710, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010
(Alterada pelas Portarias GR 4838/2010, 5734/2012, 6676/2015 e 7518/2019)**

Dispõe sobre as condições de pagamento nas compras e contratos referentes à aquisição de materiais ou à prestação de serviços e revoga a Portaria GR nº 4007/2008.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos do art 42, I, do Estatuto da USP, baixa a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1º – O prazo para efetivação de pagamentos por aquisição de materiais ou por prestação de serviços não será inferior a 28 dias corridos, exceto para as compras efetuadas por dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, hipóteses em que os pagamentos poderão ser feitos em prazo não inferior a 07 dias corridos.

Artigo 2º – O Diretor do Departamento de Finanças da CODAGE poderá autorizar pagamentos em prazos inferiores aos fixados nesta Portaria, desde que motivada a impossibilidade de pagamento nos prazos estabelecidos.

Parágrafo único – Em hipóteses absolutamente excepcionais, esgotadas as tentativas de negociação e justificado o interesse público pela Unidade ou Órgão contratante, o Diretor do Departamento de Finanças da CODAGE poderá autorizar o pagamento antecipado nas importações. *(acrescido pela Portaria GR 4838/2010)*

Artigo 3º – Os prazos de pagamentos serão contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório, assim considerando: *(alterado pela Portaria GR 5734/2012)*

I. o recebimento de produtos e serviços no local de entrega, para posterior conferência; ou

II. a medição de fornecimentos de produtos ou serviços prestados em determinado período, conforme especificado em contrato.

§ 1º – Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

§ 2º – Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até sete dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

§ 3º – Caso o término da contagem aconteça em dia sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Artigo 4º – Os pagamentos a serem efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser executados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida pelo Decreto nº 62.867/2017, de 03/10/2017, excetuando-se as situações diferentemente regidas por previsões constitucionais e legais, bem como por determinações judiciais e contratuais, que obriguem a manutenção dos recursos em outras instituições financeiras, ficando, ainda, terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros. *(alterado pela Portaria GR 7518/2019)*

Parágrafo único – A existência de registro no Cadin Estadual constitui impedimento à efetivação do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008, combinado com o artigo 7º, § 1º, do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

Artigo 5º – Em atendimento ao disposto na Lei nº 8.666/93 e nas Instruções do Tribunal de Contas do Estado, impõe-se o rigoroso cumprimento dos prazos de pagamento das despesas, ficando vedados os pagamentos com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade.

§ 1º – O eventual descumprimento da ordem cronológica a que se refere o caput deste artigo deverá ter sua justificativa publicada na imprensa oficial, por iniciativa da Unidade que lhe der causa, devendo ser parte integrante dos autos de pagamento.

§ 2º – A inobservância injustificada das disposições constantes no caput deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções administrativas, civis e penais previstas na Lei nº 8.666/93.

Artigo 6º – O processo de pagamento deverá ser instruído com a documentação fiscal (nota fiscal e demais documentos exigíveis), a nota de empenho e o atestado de recebimento datado e assinado pelo responsável, com a indicação de seu nome e nº funcional.

Artigo 7º – A presente Portaria não se aplica às despesas feitas em regime de adiantamento, com recursos provenientes de convênios e aos pagamentos de serviços prestados por concessionárias de serviços públicos.

Artigo 8º – O Departamento de Finanças da CODAGE poderá expedir instruções operacionais complementares.

Artigo 9º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria GR nº 4007, de 04.07.2008. (Proc. USP nº 10.1.3238.1.8).

Reitoria da Universidade de São Paulo, 25 de fevereiro de 2010.

JOÃO GRANDINO RODAS

Reitor

RESOLUÇÃO Nº 7601, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

D.O.E.: 22/12/2018

(Republicada em 10.01.2019)

(Revoga a Portaria GR 3161/1999 a partir de 10.04.2019)

Regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, incisos I e IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pela Comissão de Orçamento e Patrimônio, em sessão de 17.04.2018, e pela Comissão de Legislação e Recursos, em sessão de 09.05.2018, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – A violação das regras estabelecidas em editais de licitação e o descumprimento de contratos de fornecimento de bens, realização de obras e prestação de serviços em que a Universidade de São Paulo figure como contratante pode ensejar a aplicação das seguintes sanções administrativas ao particular:

I – advertência, com fundamento no artigo 87, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993;

II – multas, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993:

a)cominatória;

b)moratória; e

c) por inexecução total ou parcial do contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por prazo não superior a 2 (dois) anos, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993;

IV – impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Parágrafo único – Os contratos poderão prever outras multas específicas, tendo em vista as peculiaridades do objeto contratado.

Da advertência e das multas

Artigo 2º – A advertência é aplicável em caso de descumprimento de obrigação acessória que não resulte em prejuízo à execução do objeto principal do contrato.

Artigo 3º – A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o contratado ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável nas seguintes hipóteses:

I – quando o descumprimento de obrigação acessória prejudicar a execução do objeto principal do contrato;

II – reincidência em infração punível com advertência.

Artigo 4º – A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I – até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

II – a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

Parágrafo único – A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração.

Artigo 5º – A multa moratória é aplicável quando o cumprimento da obrigação contratada ocorrer depois de vencido o prazo de entrega ou execução.

§ 1º – A contagem dos prazos de entrega ou execução terá início:

I – na data fixada no instrumento contratual; ou

II – na data de assinatura do instrumento contratual ou da retirada/envio da nota de empenho ou documento equivalente, quando não fixado outro prazo.

§ 2º – Os prazos de entrega ou execução serão contados em dias corridos, excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

Artigo 6º – Cabe ao contratado solicitar a prorrogação do prazo de entrega ou execução, justificando a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo avençado.

Parágrafo único – As justificativas serão apreciadas pela autoridade competente para celebrar o contrato, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega ou execução nas hipóteses previstas no artigo 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Artigo 7º – Vencido o prazo de entrega ou execução, a autoridade competente para celebrar o contrato poderá:

I – aceitar a obrigação em atraso, com aplicação da multa moratória; ou

II – justificar o desinteresse no recebimento dos bens e/ou serviços em atraso, hipótese em que restará caracterizada a inexecução contratual.

Parágrafo único – Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão inexecução contratual, exceto quando a autoridade competente para celebrar o contrato justificar a vantagem para a Administração na manutenção do contrato.

Artigo 8º – A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I – até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

II – a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

Parágrafo único – A multa moratória não excederá a 20% (vinte por cento) da obrigação cumprida em atraso.

Artigo 9º – A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao contratado a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora, em especial nas situações que ensejam a rescisão unilateral do contrato, previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Universidade, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa por inexecução.

Artigo 10 – As multas serão calculadas com base no valor vigente à época da inexecução e, posteriormente, atualizadas pela variação do IPC-FIPE até a data do efetivo recolhimento.

Artigo 11 – As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

Das sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a administração

Artigo 12 – A pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por prazo não superior a 2 (dois) anos, prevista no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, é aplicável:

I – em licitações processadas nas modalidades disciplinadas na Lei Federal nº 8.666/1993 (concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão) e nas contratações delas resultantes;

II – em contratações celebradas nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos artigos 17, 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Artigo 13 – A pena de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, é aplicável em licitações processadas na modalidade de Pregão e nas contratações delas resultantes.

Artigo 14 – As penas previstas nos artigos 12 e 13 são aplicáveis quando:

I – o licitante, violando as regras fixadas no edital da licitação, perturbar a sessão pública de julgamento ou causar embaraço à atuação do pregoeiro ou Comissão Julgadora; ou

II – o contratado descumprir suas obrigações (principal ou acessórias), causando prejuízo de qualquer natureza à Universidade ou a terceiros.

Parágrafo único – A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, observados os limites temporais fixados nas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002.

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, será aplicada ao licitante ou contratado que agir de má-fé ou utilizar de meio fraudulento a fim de frustrar o caráter competitivo do certame ou a execução contratual.

Artigo 16 – As sanções restritivas do direito de licitar e contratar poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

Do procedimento sancionatório

Artigo 17 – A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Resolução, bem como a rescisão do contrato, quando cabível, serão precedidas de procedimento destinado a garantir oportunidade para o exercício do contraditório e ampla defesa, o qual tramitará pelo Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções, instituído pelo Decreto Estadual nº 61.751/2015.

§ 1º – A tramitação do procedimento sancionatório em ambiente eletrônico não dispensa a instrução do processo de contratação com os atos e documentos produzidos no sistema e-Sanções.

§ 2º – Em qualquer fase do procedimento sancionatório, quando houver dúvida jurídica a ser dirimida, os autos poderão ser encaminhados à Procuradoria Geral, para análise e manifestação, com posterior inserção do parecer emitido no sistema e-Sanções.

Artigo 18 – Verificada a situação que enseja a aplicação da sanção, o particular sujeito à penalidade será notificado pela Universidade, sendo-lhe assegurada a oportunidade para exercício do contraditório e ampla defesa nos seguintes prazos:

I – 5 (cinco) dias úteis, quando proposta a aplicação das sanções de advertência, multa ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, previstas no artigo 87, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

II – 10 (dez) dias, quando proposta a aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único – O prazo para apresentação da defesa será contado a partir da data de recebimento da notificação ou da publicação desta no Diário Oficial do Estado.

Artigo 19 – A notificação será encaminhada por via postal com aviso de recebimento (AR), ou por qualquer meio que permita comprovar o inequívoco recebimento da notificação.

§ 1º – Considera-se inequivocamente recebida a notificação encaminhada por correspondência eletrônica quando houver confirmação de recebimento.

§ 2º – Quando o particular sujeito à penalidade não for encontrado no endereço por ele indicado no processo licitatório ou de contratação, ele será notificado por publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 3º – O particular é responsável por manter atualizado seu endereço completo, e-mail e telefone.

Artigo 20 – A notificação deverá conter, entre outros, os seguintes elementos:

- I – descrição dos fatos que caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas;
- II – possibilidade de caracterização de inexecução contratual e rescisão do contrato, se pertinente;
- III – sanções administrativas cabíveis, com indicação dos respectivos fundamentos normativos;
- IV – retenção de pagamentos, para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade, se pertinente; e
- V – previsão expressa da possibilidade de apresentação de defesa prévia nos prazos fixados no artigo 18 desta Resolução, e instruções para acesso ao sistema e-Sanções.

Artigo 21 – Transcorrido o prazo para apresentação da defesa prévia, o processo será encaminhado à autoridade competente para celebrar o contrato, a qual, em despacho fundamentado, apreciará as eventuais alegações apresentadas pelo particular e deliberará a respeito da aplicação das sanções inicialmente previstas.

Parágrafo único – Caso a sanção aplicável exceda as atribuições da autoridade competente para celebrar o contrato, os autos serão encaminhados à autoridade com atribuição para a aplicação da penalidade.

Artigo 22 – São competentes para aplicar as sanções administrativas disciplinadas nesta Resolução:

- I – a autoridade competente para celebrar o contrato, em relação às sanções de:
 - a) advertência;
 - b) multas;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
 - d) impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- II – o Reitor, em relação à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante proposta fundamentada da autoridade competente para celebrar o contrato, após verificação da regularidade jurídico-formal do procedimento pela Procuradoria Geral.

Artigo 23 – A decisão será publicada na Imprensa Oficial e o interessado será notificado a recolher o valor das multas eventualmente impostas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º – Nos casos de aplicação de sanção de advertência, bem como das multas previstas no artigo 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, fica dispensada a publicação mencionada no caput.

§ 2º – Conforme o caso, o desfazimento do ajuste e a aplicação das penalidades cabíveis serão formalizados por meio de Termo de Rescisão Unilateral, cujo extrato será veiculado nos termos do caput.

Artigo 24 – Das decisões que aplicarem sanções administrativas cabem:

I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666/1993, em relação às sanções previstas nos incisos I a IV do artigo 1º desta Resolução;

II – pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, com fundamento no artigo 109, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, em caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Artigo 25 – Concluído o julgamento dos eventuais recursos, as sanções aplicadas serão divulgadas na forma determinada no Decreto Estadual nº 48.999/2004.

Disposições finais e transitórias

Artigo 1º – Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria GR nº 3161/1999.

Artigo 2º – As regras procedimentais previstas na presente Resolução serão imediatamente aplicáveis aos processos de penalização em andamento, tão logo se observe o decurso do prazo inscrito no artigo anterior, ressalvada tão somente a avaliação da viabilidade técnica, conforme o caso, de utilização da plataforma e-Sanções para os processos em curso.

Artigo 3º – Inicialmente, apenas os procedimentos sancionatórios que previrem a rescisão unilateral do contrato ou a aplicação de sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a administração, previstas nos incisos III a V do artigo 1º desta Resolução, tramitarão pelo Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções.

Parágrafo único – A aplicação de advertências e multas, previstas nos incisos I e II do artigo 1º desta Resolução, observará o procedimento previsto nesta Resolução, com tramitação em meio físico, registrada nos autos do processo de contratação.

Artigo 4º – As penalidades previstas nesta Resolução não se aplicam aos contratos celebrados antes do início da vigência desta Resolução, aos quais continuam aplicáveis as sanções previstas no edital da licitação, no instrumento contratual e na Portaria GR nº 3161/1999.

Artigo 5º – Com o início da vigência da presente Resolução, os procedimentos licitatórios em que ainda não ocorreu a sessão pública e as contratações diretas ainda não formalizadas deverão ter seus instrumentos e atos adequados de modo a consignarem expressamente a aplicação da disciplina de penalização ora estabelecida.

§ 1º – Nas licitações em curso (ainda não homologadas) em que já tenha havido a sessão pública de abertura de envelopes ou propostas, a autoridade competente deverá decidir motivadamente entre:

- a) revogar a licitação em curso, com o intuito de revisar o edital e ajustá-lo à disciplina fixada nesta Resolução; ou
- b) justificar o prejuízo resultante da revogação e manter a licitação em curso, hipótese em que serão aplicáveis as penalidades previstas no edital, na minuta de contrato e na Portaria GR nº 3161/1999, observada a regra do artigo 2º das Disposições finais e transitórias da presente Resolução.

§ 2º – Quando a licitação já se encontrar homologada antes do início da vigência desta Resolução, mas o contrato ainda não tiver sido formalizado, a contratação poderá ter prosseguimento, de modo a evitar os prejuízos advindos do refazimento do certame, hipótese em que serão aplicáveis as penalidades previstas no edital, na minuta de contrato e na Portaria GR nº 3161/1999, observada a regra do artigo 2º das Disposições finais e transitórias da presente Resolução.

Reitoria da Universidade de São Paulo, 21 de dezembro de 2018.

VAHAN AGOPYAN
Reitor

ANEXO
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
(Instrução Normativa TCE-SP nº 01/2020)

EDITAL DE CONVITE Nº 001/2023–EESC

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Responsáveis pela HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste

Pelo CONTRATANTE:

Nome

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Ordenador da Despesa

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

EDITAL DE CONVITE Nº 001/2023–EESC

ANEXO II – MATERIAL TÉCNICO

A) MEMORIAL DESCRITIVO

B) PLANILHA DE SERVIÇOS, QUANTIDADES E PREÇOS ESTIMADOS
(Arquivo Eletrônico)

C) CRONOGRAMA FÍSICO
(Arquivo Eletrônico)

D) PROJETOS
(Arquivo Eletrônico)

A) MEMORIAL DESCRITIVO

Considerações Gerais

Para efeitos de orçamento, a empresa licitante deverá levar em consideração todas as informações escritas e desenhadas nos projetos e planilhas, bem como a situação física atual da edificação que deverá ser verificada em visita técnica obrigatória para participação deste edital.

O prazo para conclusão dos serviços será de no máximo 90 dias corridos a partir da emissão da ordem de início de obras por parte da fiscalização. A empresa deverá prover pessoal necessário para executar a obra dentro do prazo, ficando liberados trabalhos aos sábados e domingos caso necessário.

Por se tratar de uma reforma, eventuais ajustes que forem necessários nos encaminhamentos dos condutores deverão ser ajustados na documentação AS-BUILT dos serviços executados.

Para a recepção dos novos pontos propostos é indicado que a empresa executora inicie os trabalhos pela montagem e adequação da sala do RACK, a fim de prover recepção para os novos condutores e manter a funcionalidade dos pontos existente.

A execução da reforma será dividida em setores, que serão definidos pela contratante junto ao contratado visando manter o funcionamento da edificação e minimizar impactos aos usuários da mesma.

Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira linha, bem como satisfazer a todas as exigências das normas técnicas da ABNT. Somente serão aceitos na obra materiais com a Marca de Conformidade do INMETRO.

Caberá à Fiscalização da USP, o direito de rejeitar qualquer material colocado na obra em desacordo com o projeto e suas especificações ou que apresente falhas ou defeitos. Além disso, em caso de dúvidas, submetê-los aos testes próprios ditados pelas normas técnicas da ABNT.

A CONTRATADA caberá apresentar, quando pedido, o comprovante de origem do material, o qual poderá ser rejeitado, a critério da Fiscalização da USP.

Os materiais citados a seguir encontram-se especificados com detalhes no item 2 da presente especificação técnica. Na execução da obra os materiais usados e com sobra/substituídos deverão ser entregues em local indicado pela fiscalização da USP.

Deverá ser apresentada ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da execução da obra.

Os materiais a serem empregados, foram especificados de maneira a satisfazerem as exigências de utilização do edifício. Desse modo, portanto, deverão ser utilizados materiais de primeira qualidade. A indicação de marcas dos materiais deverá servir como referência para utilização de materiais com qualidade equivalente. No caso de dúvida ou omissão quanto a qualidade dos materiais, estes deverão ser apresentados à fiscalização para aprovação; no caso de não atendimento a essa prescrição os serviços deverão ser refeitos com materiais adequados.

Estas especificações técnicas são aplicadas no presente projeto de instalações da rede de dados estruturado categoria 6 tendo sido especificados alguns equipamentos e materiais com tipos e fabricantes que determinam a qualidade dos mesmos. Nos itens, em que houver indicação de materiais com modelo comercial, as LICITANTES poderão apresentar propostas indicando expressamente os materiais equivalentes, desde que sejam obedecidas as condições de qualidade, funcionalidade, facilidade de operação e manutenção e dimensões compatíveis daquele adotado. A USP poderá exigir testes a seu critério que possam comprovar a equivalência dos materiais, em firmas ou entidades de capacidade e idoneidade comprovadas, cujas despesas com os testes correrão integralmente por conta da CONTRATADA. No caso de serem obtidos nos testes resultados inferiores aos materiais especificados, os materiais não serão aceitos pela USP, pagando à contratada a multa/mora, até que os materiais, exatamente em conformidade com o edital possam ser aceitos pela USP.

1. SISTEMAS – CABEAMENTO ESTRUTURADO EM CATEGORIA 6

Estes serviços deverão ser executados por um integrador que possua comprovante de cursos especificados da área de cabeamento estruturado de cobre, todos os materiais aplicados devem ser preferencialmente do mesmo fabricante e da mesma linha de produto. Obediência às normas e padrões recomendados neste documento, garantindo assim

padronização e confiabilidade à rede; adotar em todas as infraestruturas (eletrocalhas, canaletas, eletrodutos, etc.) taxa de ocupação máxima de 60%, garantindo assim a expansibilidade da rede sem comprometer os sistemas instalados.

O grande avanço da tecnologia na área de telecomunicações tem propiciado que as interações entre os componentes dos sistemas de telecomunicação ocorram de forma mais rápida e direta, além de viabilizar também a integração de várias formas de sinais (voz, dados, vídeo, etc.), tornando possível o tráfego de todos esses sinais em uma mesma infraestrutura. Diante desta realidade fez-se necessário o estabelecimento de padrões que garantam a mais alta performance e disponibilidade permitidas de modo que a infraestrutura de comunicações suporte uso de todas as formas de sinais e tecnologias existentes no mercado. Neste projeto, serão utilizados cabos metálicos que atendam as premissas da CATEGORIA 6. Os documentos que comprovam que os produtos de diferentes fabricantes compõem uma mesma solução de cabeamento metálico devem ser apresentados à Comissão Fiscalizadora da EESC/USP antes de sua utilização. O fabricante da solução de conectividade para os materiais metálicos, deve possuir certificações ISO 9001 e ISO 14001. Fica definido que Ponto de Rede (estruturado) é o conjunto composto de 02 tomadas RJ45 Fêmea Categoria 6 não blindada (com exceção de pontos de rede para câmeras, Wi-Fi e controle de acesso, que serão simples), instalado em porta equipamento próximo ao usuário, devidamente protegido, conectorizados ao cabo par trançado Categoria 6, devidamente protegido por canaletas, eletrocalhas e tubulações, conectado a uma tomada RJ45 contida em um patch panel modular em rack padrão 19", sendo este devidamente identificado segundo o projeto e certificado.

NORMAS APLICÁVEIS

O projeto de cabeamento estruturado foi baseado nas normas:

- ABNT NBR 14565:2013 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers)
- ABNT NBR 16415:2015 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado)
- ISO/IEC-11801:2002 2nd Edition (Cabeamento estruturado para edifícios)
- ISO/IEC-14763-2 (Implementação e operação de cabeamento em edifícios – planejamento das instalações)
- ANATEL nº 242, de 30/11/2000
- ANATEL nº 299, de 24/06/2002
- ANSI/TIA/EIA-568-B, Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;
- ANSI/TIA/EIA-569-A, Commercial Building Standard for the Telecommunications Pathways and Spaces;

- ANSI/TIA/EIA–606-A, Administration Standard for the Telecommunications Infrastructure of Commercial Buildings;
- ANSI/TIA/EIA–607, Commercial Building Grounding and Bonding Requirements for Telecommunications;
- ANSI/TIA/EIA–854, A Full Duplex Ethernet Physical Layer Specification for 1000 Mb/s (1000BASE-TX) Operating Over Category 6 Balanced Twisted Pair Cabling;
- ANSI/TIA/EIA 942 - Telecommunications Infrastructure Standard for Data Centers.

CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO (CAPACITAÇÃO TÉCNICA)

Os itens abaixo indicados devem ser apresentados na proposta técnica para comprovar a qualificação técnica da empresa de forma a atender aos requisitos técnicos exigidos.

A empresa fornecedora / instaladora dos materiais deverá apresentar comprovante de curso de capacitação do fabricante de cabeamento;

A proponente fornecedora / instaladora dos materiais deve ter pelo menos 01 (um) profissional treinado pelo fabricante de cabeamento.

A instalação deverá ser elaborada, assinada e executada por empresa devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA – com as atribuições legais relativas à habilitação para a finalidade da presente contratação;

Apresentar comprovante de implementação de projetos de prédios comerciais de igual exigência e/ou porte similar a este projeto por meio de Certificado de Capacitação Técnica emitido pelo Cliente Final atendido, informando do êxito da instalação e do fornecimento dos materiais;

Possuir e/ou garantir acesso aos equipamentos devidamente Calibrados para Testes e Certificação Nível IV de par trançado Categoria 6 (cabeamento metálico) do Sistema de Cabeamento Estruturado, objeto deste fornecimento.

ENTREGA DE MATERIAIS E SERVIÇOS

SERVIÇOS

- Os serviços realizados, referentes a presente proposta, ficam sujeitos à reparação pela Contratada durante o período de garantia, caso apresentem defeito.
- O prazo de garantia dos serviços é de 12 (doze) meses;
- Durante o prazo de garantia do serviço, a solução do problema deverá ocorrer on site, em no máximo 05 (cinco) dias corridos após a notificação à Contratada.
- Durante o período de garantia dos serviços, os mesmos que apresentarem defeitos

deverão ser reparados e todas as despesas inerentes a transporte e deslocamentos correrão por conta da Contratada.

- Todos os serviços executados deverão atender rigorosamente às especificações técnicas deste edital. A entrega dos mesmos fora das especificações aqui indicadas implicará na recusa por parte da Contratante, que aguardará nova convocação para inspeção tão logo a Contratada realize as substituições ou reparos necessários à adequação das instalações.

MATERIAIS

Todos os materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas neste projeto. A entrega dos mesmos fora das especificações aqui indicadas implicará na recusa por parte da Contratante, que os colocará à disposição da Contratada para substituição ou reparo.

As instalações dos materiais de cabling devem estar de acordo com as normas e boas práticas de instalação citadas neste memorial, a fim de estarem em concordância com as exigências do projeto.

ESCOPO DO FORNECIMENTO

Encontram-se incluídos no escopo de fornecimento desta tomada de preço o fornecimento de materiais, serviços de instalações, montagem dos mesmos e certificação da rede. Os produtos a serem ofertados deverão estar em conformidade com as normas para o tipo de instalação em questão e abrangendo basicamente os itens abaixo designados:

- · Fornecimento de materiais de infraestrutura;
- · Execução da infraestrutura seca para todos os pontos;
- · Fornecimento de materiais de cabeamento (rack, cabo UTP, patch cord, patch-panel, organizador de cabos, conector RJ45 fêmea, conector RJ45 macho, insumos para montagem, organização e identificação do rack, etc);
- · Execução do cabeamento estruturado em categoria 6;
- · Conectorização e Certificação do Cabeamento estruturado metálico em categoria 6;
- · Fixação dos passivos e ativos no rack;
- · Organização e identificação final do rack;

- Identificação e etiquetagem de todos os pontos, cabos, rotas, periféricos de rede, infraestruturas, etc;
- Documentação As Built atualizada com a numeração dos pontos instalados e certificação dos links e enlaces permanentes;
- Certificado de garantia estendida de 25 anos da solução do cabeamento instalado;

1.1. RACK PRINCIPAL

Para recepção do sistema de cabeamento, deverá ser instalado um rack para a edificação, as especificações e componentes deverão seguir conforme descrito abaixo.

RACK PISO ABERTO – 44U – ALTA DENSIDADE

Os equipamentos deverão ser instalados em um Rack aberto com as seguintes características técnicas:

- - Referências: HEPSON HT30, GP Racks Top Solutions G2 ou Equivalente
- - Base em aço SAE 1020 com 3,0mm de esp.
- - Possuir 4 Guias de cabo vertical em aço SAE 1020 1,2mm de esp. com tampa removível com 300mm
- - Sapata com possibilidade de parafusar
- - Pintura Epóxi-pó Texturizada na cor preta
- - Altura mínima (mm): 2002
- - Largura mínima (mm): 800
- - Profundidade mínima (mm): 440
- - Capacidade estática de até 300kG

ACESSÓRIOS DE MONTAGEM DO RACK

- Compreende os acessórios necessários e diversos para a montagem dos racks.
- 1 kit de parafusos niquelado com arruela e porcas gaiola;
- - Fita velcro
- - Demais componentes necessários para a perfeita montagem do rack

GUIA DE CABOS (1U e 2U)

- - Referências: Carthom's Mod. 124.03.001, Furukawa ou Equivalente
- - Corpo e tampa em chapa de aço bitola 18

- - Padrão 19”
- - Pintura na cor preta

Patch Panel de 24 posições modular CATEGORIA 6 (cor preta) DESCARREGADO

- Painel com capacidade para inserção 24 conectores RJ-45, individuais;
- Os painéis devem possuir largura padrão IEC 19 polegadas e altura máxima de 1 UA (43,7mm.);
- Os painéis devem ter sua estrutura construída em material metálico;
- O painel deve possuir pintura eletrostática ou superior;
- O painel deve ser fornecido na cor preta;
- Ser totalmente compatível com o conector RJ45 (Jack) ofertado.
- O patch panel deve possuir guia traseiro que permita a organização do cabeamento horizontal na parte traseira do rack.
- Garantia mínima total de todo o produto de 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega do serviço junto a EESC/USP.
- Referência Técnica: Legrand, Commscope, Furukawa, Panduit ou equivalente

Cabo UTP CATEGORIA 6 LSZH (antichama)

Cabo de pares trançados não blindados - UTP (unshielded twisted pair) de 4 (quatro) pares, 8 (oito) condutores de fio rígido de cobre com bitola de 23 ou 24 AWG, com isolamento de polietileno de alta densidade, possibilitando taxas de transmissão de 1 Gbps, destinado ao uso em ambiente tropical com umidade relativa na faixa de 20 a 80% (sem condensação) e temperatura ambiente na faixa de -10 a 60oC, com as seguintes características:

- O cabo deverá ser certificado/homologado pela ANATEL conforme resolução nº 323 de 7 de novembro de 2002.
- Testado eletronicamente após a fabricação;
- O cabo deve possuir a classificação NEC LSZH;
- O produto deve atender as especificações UL444 ou UL1666 ou UL 1685 ou IEC 60332-3-22;
- Capa externa não propagante à chama nas cores: azul (preferencialmente) ou cinza ou vermelho;
- Deve proporcionar raio de curvatura de no mínimo 4 (quatro) vezes o diâmetro do cabo.

- Garantia mínima total de todo o produto de 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega do serviço junto a EESC/USP.
- Referência Técnica: Legrand, Commscope, Furukawa, Panduit ou equivalente

Patch Cord CATEGORIA 6 – 1,00m (médio)

O conjunto formado por um cabo UTP flexível com condutores multifilares (stranded), com impedância de aproximadamente 100 ohms, com bitola 24 AWG por condutor e dois plugs RJ45 8P/8C montados deverão apresentar as seguintes características:

- O cabo deverá ser certificado/homologado pela ANATEL conforme resolução nº 323 de 7 de novembro de 2002.
- Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional,
- Os patch cords devem possuir comprimento de 1,50 metros ou 3 pés com tolerância de 10%;
- Os plugs RJ45 devem ser revestidos com uma camada de 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;
- Os patch cords devem ser confeccionados com cabo na cor azul ou verde ou cinza;
- Os patch cords devem ter a sua codificação de pinagem em concordância com as especificações T568A/B;
- Estrutura do plugue: policarbonato transparente com características que atendam as especificações UL 94V-0.
- Os plugs RJ-45 utilizados devem atender a classificação FCC 68 sub-parte F.
- Os patch cords devem ter capa externa composta por material não propagante a chama. O cabo deve ser compatível com as especificações UL 444 ou UL 1666 ou UL 1685.
- Os patch cords devem ser montados 100% em fábrica;
- Os patch cords devem ser testados eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação.
- Os patch cords devem ser embalados individualmente;
- Os patch cords devem possuir boot para proteção mecânica dos cabos contra esforços de torção e flexão e para proteção do dispositivo de travamento;
- Os patch cords não devem apresentar boot com área de secção transversal superior a do plug 8p8c utilizado na terminação.
- Classificados para 750 inserções;
- Compatível com ISO/IEC 11801;

- Garantia mínima total de todo o produto de 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega do serviço junto a EESC/USP.
- Referência Técnica: Legrand, Commscope, Furukawa, Panduit ou equivalente

Patch Cord CATEGORIA 6 – 2,00m (médio)

O conjunto formado por um cabo UTP flexível com condutores multifilares (stranded), com impedância de aproximadamente 100 ohms, com bitola 24 AWG por condutor e dois plugs RJ45 8P/8C montados deverão apresentar as seguintes características:

- O cabo deverá ser certificado/homologado pela ANATEL conforme resolução nº 323 de 7 de novembro de 2002.
- Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional,
- Os patch cords devem possuir comprimento de 1,50 metros ou 3 pés com tolerância de 10%;
- Os plugs RJ45 devem ser revestidos com uma camada de 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;
- Os patch cords devem ser confeccionados com cabo na cor azul ou verde ou cinza;
- Os patch cords devem ter a sua codificação de pinagem em concordância com as especificações T568A/B;
- Estrutura do plugue: policarbonato transparente com características que atendam as especificações UL 94V-0.
- Os plugs RJ-45 utilizados devem atender a classificação FCC 68 sub-parte F.
- Os patch cords devem ter capa externa composta por material não propagante a chama. O cabo deve ser compatível com as especificações UL 444 ou UL 1666 ou UL 1685.
- Os patch cords devem ser montados 100% em fábrica;
- Os patch cords devem ser testados eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação.
- Os patch cords devem ser embalados individualmente;
- Os patch cords devem possuir boot para proteção mecânica dos cabos contra esforços de torção e flexão e para proteção do dispositivo de travamento;
- Os patch cords não devem apresentar boot com área de secção transversal superior a do plug 8p8c utilizado na terminação.
- Classificados para 750 inserções;
- Compatível com ISO/IEC 11801;

- Garantia mínima total de todo o produto de 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega do serviço junto a EESC/USP.
- Referência Técnica: Legrand, Commscope, Furukawa, Panduit ou equivalente

Patch Cord CATEGORIA 6 – 3,00m (longo)

O conjunto formado por um cabo UTP flexível com condutores multifilares (stranded), com impedância de aproximadamente 100 ohms, com bitola 24 AWG por condutor e dois plugs RJ45 8P/8C montados deverão apresentar as seguintes características:

- O cabo deverá ser certificado/homologado pela ANATEL conforme resolução nº 323 de 7 de novembro de 2002.
- Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional,
- Os patchs cords devem possuir comprimento de 3,00 metros com tolerância de $\pm 10\%$;
- Os plugs RJ45 devem ser revestidos com uma camada de 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;
- Os patchs cords devem ser confeccionados com cabo na cor azul ou verde ou cinza;
- Os patchs cords devem ter a sua codificação de pinagem em concordância com as especificações T568A/B;
- Estrutura do plugue: policarbonato transparente com características que atendam as especificações UL 94V-0.
- Os plugs RJ-45 utilizados devem atender a classificação FCC 68 sub-parte F..
- Os patchs cords devem ter capa externa composta por material não propagante a chama. O cabo deve ser com as especificações UL 444 ou UL 1666 ou UL 1685.
- Os patch cords devem ser montados 100% em fábrica;
- Os patch cords devem ser testados eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação;
- Os patch cords devem ser embalados individualmente;
- Os patch cords devem possuir boot para proteção mecânica dos cabos contra esforços de torção e flexão e para proteção do dispositivo de travamento;
- Os patch cords não devem apresentar boot com área de secção transversal superior a do plug 8p8c utilizado na terminação.
- Classificados para 750 inserções;
- Compatível com ISO/IEC 11801;
- Garantia mínima total de todo o produto de 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega do serviço junto a EESC/USP.

- Referência Técnica: Legrand, Commscope, Furukawa, Panduit ou equivalente

Conector RJ-45 fêmea CATEGORIA 6 (cor preta) para patch painel modular

- Corpo em material termoplástico de alto impacto retardante a chamas;
- Conector frontal padrão RJ-45 (8P8C) com contatos revestidos com 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;
- Os circuitos impressos devem estar totalmente confinados dentro de cada módulo, ou seja, o conector deve conter proteção para os circuitos impressos, evitando danos aos mesmos durante e depois do processo de terminação;
- Contatos IDC com revestimento de níquel em toda a longitude do contato. Revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
- Em alternativa ao revestimento descrito no item 4 acima, os contatos IDC poderão ser de bronze fosforoso com revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
- Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional,
- Os conectores RJ-45 devem favorecer o processo de terminação com destrançamento inferior a 13 mm;
- Os conectores RJ-45 devem ser confeccionados na cor preta e totalmente compatíveis com o patch panel modular ofertado;
- Os conectores RJ-45 devem possuir no seu corpo, a codificação de pinagem em concordância tanto para o padrão T568-A quanto para o padrão T568-B;
- Os conectores RJ-45 devem possuir capa protetora para os contatos traseiros;
- A solução deve ter a variedade de pelo menos 08 cores disponíveis que permitam cumprir ao padrão 606A para identificação por cores da aplicação da tomada;
- Os conectores RJ-45 devem ser testados eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação;
- As tomadas devem permitir a reconectorização do cabo nos contatos IDC, pelo menos, 5 vezes, e a reinserção de plugs RJ-45, pelo menos, 750 vezes.
- A solução deve possuir ferramenta de terminação do conector RJ45 que dispense o uso de ferramenta de impacto.
- Os conectores devem ser adequadamente embalados;
- Compatível com ISO/IEC 11801;

- Garantia mínima total de todo o produto de 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega do serviço junto a EESC/USP.
- Referência Técnica: Legrand, Commscope, Furukawa, Panduit ou equivalente

Conector RJ-45 fêmea CATEGORIA 6 (cor branca) para módulo 1U, para área de trabalho

- Corpo em material termoplástico de alto impacto retardante a chamas;
- Conector frontal padrão RJ-45 (8P8C) com contatos revestidos com 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;
- Os circuitos impressos devem estar totalmente confinados dentro de cada módulo, ou seja, o conector deve conter proteção para os circuitos impressos, evitando danos aos mesmos durante e depois do processo de terminação;
- Contatos IDC com revestimento de níquel em toda a longitude do contato. Revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
- Em alternativa ao revestimento descrito no item 4 acima, os contatos IDC poderão ser de bronze fosforoso com revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
- Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional;
- Os conectores RJ-45 devem favorecer o processo de terminação com destrançamento inferior a 13 mm;
- Os conectores RJ-45 devem ser confeccionados na cor branca e totalmente compatíveis com o patch panel modular ofertado. A EESC/USP poderá solicitar que o conector seja fornecido em outra cor, desde que essa seja uma das 8 cores disponíveis na solução.
- Os conectores RJ-45 devem possuir no seu corpo, a codificação de pinagem em concordância tanto para o padrão T568-A quanto para o padrão T568-B;
- Os conectores RJ-45 devem possuir capa protetora para os contatos traseiros;
- Os conectores RJ-45 devem ser testados eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação;
- A solução deve ter a variedade de pelo menos 08 cores disponíveis que permitam cumprir ao padrão 606A para identificação por cores da aplicação da tomada;
- As tomadas devem permitir a reconectorização do cabo nos contatos IDC, pelo menos, 5 vezes, e a reinserção de plugs RJ-45, pelo menos, 750 vezes.

- A solução deve possuir ferramenta de terminação do conector RJ45 que dispense o uso de ferramenta de impacto.
- Os conectores devem ser adequadamente embalados;
- Compatível com ISO/IEC 11801;
- Garantia mínima total de todo o produto de 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega do serviço junto a EESC/USP.
- Referência Técnica: Legrand, Commscope, Furukawa, Panduit ou equivalente

CONDUTOS – TUBULAÇÕES

Perfilados perfurados

Os perfilados de passagens de cabos deverão ter as seguintes características técnicas:

Referências:

- Dispan Mod. DP 001, Bandeirantes, Mopa ou equivalente.

Características Técnicas:

- - Material aço galvanizado a fogo
- - Chapa # 20 AWG – 0,812mm
- - Dimensões: 38x38mm
- - Sustentação: em parede usar 2,5m; Aérea usar suportes a cada 3m.
- - Parafusos diâmetro 3/8” com cabeça voltada p/ o interior do perfil.
- - Vergalhões diâmetro 1/4”

Não será permitido furar o perfilado para derivação de tubos, isto deverá ser feito com peças apropriadas. Quando for autorizado pela fiscalização, furar ou cortar a perfilado, as superfícies que ficarem sem tratamento superficial deverão ser pintadas com tinta apropriada na cor alumínio.

O serviço será medido por m (metro linear) de perfilado executado, considerando-se o comprimento efetivo por ela percorrida.

O preço unitário remunera o fornecimento e instalação da perfílado especificados, inclusive eventuais perdas de corte, as respectivas curvas, conexões, materiais para fixação e/ou sustentação.

Acessórios para perfilados

As conexões e fixações de perfilados deverão ser para uso interno conforme descrições a seguir:

- - Referências: Dispan, Bandeirantes, Mopa ou equivalente
- - Material aço galvanizado a fogo
- - Chapa # 20 AWG – 0,812mm
- - Junções rápidas internas
- - Saída lateral para eletroduto
- - Gancho curto para perfilado e luminária
- - Mão francesa dupla
- - Vergalhão com rosca total de ¼”
- - Cantoneira “ZZ” para fixação do vergalhão

Eletrocalhas e bandejas perfuradas

As eletrocalhas aéreas deverão ter as seguintes características técnicas:

- - Referências: Dispan, Bandeirantes, Mopa ou equivalente.
- - Material aço galvanizado a fogo
- - Tipo sem virola perfurada na lateral e na base
- - Chapa #20 AWG – 0,812mm
- - Dimensões: conforme projeto
- - Sustentação: - em parede usar mão Francesa a cada 2 metros
- - Aérea usar suportes a cada 1,5m
- - Parafusos diâmetro ¼”

Não será permitido furar a eletrocalha p/ derivação de tubos, isto deverá ser feito com peças apropriadas. Quando for autorizado pela fiscalização, furar ou cortar a eletrocalha, as superfícies que ficarem sem tratamento superficial deverão ser pintadas com tinta apropriada na cor alumínio.

O serviço será medido por m (metro linear) de eletrocalha executada, considerando-se o comprimento efetivo por ela percorrida.

O preço unitário remunera o fornecimento e instalação da eletrocalha especificada, inclusive eventuais perdas de corte, as respectivas curvas, conexões, materiais para fixação ou sustentação.

Acessórios para eletrocalhas

As conexões e fixações de eletrocalhas deverão ser para uso interno conforme descrições a seguir:

- - Referências: Dispan, Bandeirantes ou equivalente
- - Material aço galvanizado a fogo
- - Chapa # 18 AWG – 1,02mm
- - Junções com emenda interna “U”
- - Saída lateral para perfilados e eletrodutos
- - Gancho curto para perfilado e luminária
- - Fixação na parede usar mão francesa dupla a cada 2m
- - Fixação aérea usar suportes a cada 1,50m com tirantes diâmetro ¼”
- - Usar tampas nas descidas
- - Cantoneira “ZZ” para fixação do vergalhão em laje

Tampa para Eletrocalhas ou Perfilados

As tampas para eletrocalhas aéreas deverão ter as seguintes características técnicas:

- - Referências: Dispan, Bandeirantes, Mopa ou equivalente
- - Material aço galvanizado eletrolítico - - Tipo sem virola perfurada na lateral e na base
- - Chapa #20AWG – 0,812mm
- - Dimensões: conforme projeto

O serviço será medido por m (metro linear) de eletrocalha executada, considerando-se o comprimento efetivo por ela percorrida.

O preço unitário remunera o fornecimento e instalação da eletrocalha especificada, inclusive eventuais perdas de corte, as respectivas curvas, conexões, materiais para fixação ou sustentação.

Canaletas em alumínio

Nos ambientes, deverão ser instaladas tomadas elétricas, tomadas de voz e dados em uma única canalização metálica conforme especificado a seguir:

- - Referências: Dutotec 25x72,5mm ou equivalente
- - Dimensões: Conforme descrito na planilha e no projeto (25x72,5mm)
- - Material alumínio extrudado com cantos sextavados
- - Divisores internos fixos para configuração de 1 às 3 vias
- - Tampa em alumínio com pintura eletrostática poliéster na cor branca
- - Comprimento da base de 3000mm,
- - Tampas de fechamento de 3000mm
- - Instalação na parede a 1,10m do piso acabado ou baixo do peitoril
- - Interligar a canaleta metálica com o condutor de proteção (Aterrar) do quadro de distribuição de energia
- - A garantia da pintura deste material deverá ser de 10 anos
- - As tomadas deverão possuir certificado IMETRO

Acessórios para canaletas em alumínio

A base da canalização metálica será fixada na parede através de parafusos e buchas plásticas contendo os acessórios complementares para fixação dos condutores e tomadas.

- - Caixa de derivação X para dutos de 45mm – DT 53240.00
- - Caixa de Derivação X Dupla – para dutos de 45mm – DT53340.00
- - Curva vertical raio externo – 25mm – DT38241.60
- - Curva vertical raio externo – 45mm – DT38441.60
- - Curva horizontal 25mm- D 38640.30
- - Curva horizontal 45mm – DT38840.30
- - Porta equipamentos para até 3 blocos DT64444.10
- - Porta equipamentos PLUS até 3 Blocos DT 66844.10
- - Nas bancadas dos laboratórios serão instaladas caixas de derivação de eletricidade e/ou voz e dados conforme projeto apresentado. Podendo ser os seguintes modelos
- - Caixa para bancada SQR – 286mmx286mm – com tampa, adaptador, suporte e blocos de adaptação.
- - Caixa modelo CR-5 – diâmetro de 114mm – para 3 blocos

- - Caixa modelo redonda diâmetro 220mm – para até 8 blocos de elétrica e/ou voz e dados.
- - Curvas e derivações no mesmo acabamento das tampas
- - Usar ferramenta específica para sacar tampa
- - Usar abraçadeiras para fixação dos condutores no suporte da base
- - Usar tomadas específicas para as molduras
- - Suporte de tomada em ABS híbrida podendo ser instaladas tomadas de outras referências conforme a NBR 14136 da ABNT

Módulo para conector RJ45 fêmea CATEGORIA 6 (cor branca)

- Deve ser instalado em porta equipamentos modular.
- Deve suportar Conector Fêmea Categoria 6 modular – cor BRANCA.
- Devem ser embalados individualmente.
- Garantia mínima de 1 ano.
- Referências Técnicas: Dutotec ou equivalente

Módulo cego

- Deve ser instalado em porta equipamentos modular.
- Cor BRANCA.
- Devem ser embalados individualmente.
- Garantia mínima de 1 ano.
- Referências Técnicas: Dutotec ou equivalente

TESTES E CERTIFICAÇÕES **Cabeamento metálico UTP**

Os testes que serão realizados no cabeamento seguem de acordo com as normas, que especificam padrões de testes e certificações, com eficiência na certificação de cabos de cobre com velocidade para testes em Categoria 6 e Classe F, atendendo ao mesmo tempo o rascunho da IEC Nível V, que exhibe graficamente a fonte das falhas incluindo interferência, perda de retorno e falhas de proteção. O certificador deverá estar em conformidade com as especificações da IEC-61935-1 para precisão do Nível IV, e para o rascunho da precisão do Nível V.

Testes que deverão ser aplicados ao Par Trançado:

WIRE MAP; LENGTH; IMPEDANCE; LOOP RESISTANCE; ATTENUATION; RETURN LOSS; NEXT; PSNEXT; FEXT; ELFEXT; PSELFEXT; ACR;

1.5. SERVIÇOS TÉCNICOS – SISTEMA

GARANTIAS DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

Os serviços de cabeamento estruturado em categoria 6 devem ser realizados por empresa integradora do fabricante a ser instalado.

A CONTRATADA deverá fornecer garantia estendida cobrindo todo o Sistema de Cabeamento Estruturado em categoria 6 assegurando um desempenho da rede instalada por 25 (vinte e cinco) anos.

A empresa contratada concederá ao CONTRATANTE a garantia mínima de 01 (um) ano para todos os serviços de instalações prestados, a contar do recebimento definitivo dos serviços e homologação da rede.

A empresa contratada deverá sanar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da comunicação que lhe for feita pelo CONTRATANTE, os defeitos, erros, deficiências e omissões eventualmente constatadas no período de garantia, subsequente ao Recebimento Definitivo dos Serviços e respectiva homologação das instalações, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, as quais serão acompanhadas pelo(s) representante(s) da CONTRATANTE.

OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAIS

Sob pena de inabilitação, os documentos que comprovam as certificações/homologações dos produtos ofertados e o Datasheet com todos os dados e características técnicas dos produtos, deverão ser apresentados apenas pela Licitante Vencedora

A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA:

- - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), obtido junto ao CREA, dos responsáveis pelas áreas técnicas específicas envolvidas na obra.
- -A emissão do Termo de Recebimento Definitivo dependerá, EXCLUSIVAMENTE, da entrega dos desenhos de cadastramento pela execução dos serviços executados (“as built”), os quais deverão ser entregues impressos e em formato digital.

- -Para a entrega do AS-BUILT é necessário que seja fornecido previamente pela contratante, uma planta no padrão DWG contendo o encaminhamento da infraestrutura do local da obra;

1.6 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SALA DO RACK QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO E COMPONENTES

Todos os painéis deverão ser montados conforme os diagramas, respeitando as dimensões mínimas da planilha para os quadros de comando. Em caso de quadros padrão, os mesmos podem variar de acordo com sua fabricação.

Para quadros montados (Em quadro de comando), deverão possuir reserva em seus barramentos, não sendo aceitos quadros com barramentos apenas para os disjuntores utilizados. Todos os quadros deverão possuir espaço reserva.

Todos os Quadros da Edificação deverão possuir as seguintes especificações.

Quadro de Sobrepor tipo Quadro de Comando (Montado) ou Padrão.

Referências:

Taunus, Cemar, VR, Brum Metalurgica, Carthons ou Equivalente.

- Conforme NBR 61439 - TTA. FORMA 2B OU 1.

- Dimensões internas; mínimas conforme planilha.
- Caixa monobloco em chapa de aço de 1,2 mm de espessura.
- Pintura eletrostática em pó poliéster cinza (RAL 7032).
- Porta em chapa de aço de 1,2 a 1,9mm de espessura, abertura de 130°.
- Fecho rápido com miolo universal.
- Barramento trifásico de cobre eletrolítico A conforme Norma NBR 6808 da ABNT.
- Placa de montagem em chapa de aço com espessura mínima de 2,65 mm, acabamento com pintura eletrostática na cor laranja (RAL-2004).

Informações Complementares:

- O preço unitário remunera o fornecimento e instalação do quadro de distribuição especificado, inclusive o barramento de fases, neutro e terra.
- Os circuitos de distribuição deverão ser identificados através de esquema e quadro de cargas elétricas a ser fixado no lado interno da porta do quadro de distribuição geral.

Barramentos de cobre.

Todos os quadros de distribuição deverão ser equipados com barramento tripolar para as três fases e barramentos independentes para Neutro e Proteção (Terra). As barras deverão ter as seguintes características:

- Referências para barra retangular: Simelectro, Megabarre ou Similar
- Barra retangular de cobre eletrolítico 15x3mm 100A
- Barra retangular de cobre eletrolítico 25x4mm 200A
- Barra retangular de cobre eletrolítico 40x7mm 400A
- Barra retangular de cobre eletrolítico 60x7mm 600A
- Barra retangular de cobre eletrolítico 80x10mm 800A
- Barra retangular de cobre eletrolítico 100x10mm 1000A
- Barra retangular de cobre eletrolítico 127x10mm 1200A

Isoladores.

Os barramentos serão fixados na placa de madeira através de isoladores tipo bujão em epóxi:

- Dimensões 40x50mm rosca 3/8
- Dimensões 60x60mm rosca 3/8
- Dimensões 60x75mm rosca 3/8

Referências:

- Cebel Mod. IBTB-02, Tasco ou Similar

Proteção para barramento de quadros em policarbonato compacto de 4mm de espessura.

O preço unitário remunera o fornecimento e instalação da placa de policarbonato especificada, inclusive os respectivos elementos de fixação. Todo painel deverá possuir esta proteção.

Componentes para Quadros – Disjuntores, DR, DPS, Contatores, Chaves e Etc.

Proteção contra sobretensão (DPS)

Os equipamentos eletrônicos deverão ser protegidos contra sobretensão na rede elétrica através de varistor eletrônico com as seguintes características técnicas:

- Referências: Schneider Eletric Mod. PRF1, Clamper, Siemens ou Equivalente
- Tensão de disparo 175VCA
- Corrente máxima de surto 40kA
- Fixação com engate rápido tipo DIN
- Ligação nos quadros de distribuição entre fase e neutro (127V) para alimentadores 220V entre fases
- Uma para cada fase dos circuitos alimentadores
- Indicação do estado de operação
- O FABRICANTE DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO ISO 9001
- O preço unitário remunera o fornecimento e instalação do DPS especificado.

Minidisjuntores – Norma DIN

Os disjuntores dos quadros de distribuição para proteção dos circuitos terminais ou mesmo proteções gerais quando especificados deverão ser com disjuntores do tipo DIN (Padrão Europeu) com as seguintes características técnicas:

OS DISJUNTORES OFERTADOS SOMENTE SERÃO ACEITOS APÓS VERIFICAÇÃO DE CERTIFICADO JUNTO AO SISTEMA DO INMETRO. A ESCOLA DE ENGENHARIA RESERVA-SE AO DIREITO DE RECUSAR QUALQUER CONDUTOR QUE NÃO TENHA CERTIFICAÇÃO VIGENTE.

NÃO SERÃO ACEITOS CERTIFICADOS EXPEDIDOS POR EMPRESAS TERCEIRAS.

Referências:

- Siemens 5SX1, WEG, Schneider ou equivalente.

Características Técnicas:

- Tensão máxima de isolamento: 400V
- Capacidade máxima de interrupção em 220/127VCA: 5KA
- Curva de atuação: “C”
- Atender NBR BN 60898 e NBR IEC 60947
- O FABRICANTE DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO ISO 9001

Informações Complementares:

- O preço unitário remunera o fornecimento e instalação do disjuntor especificado.
- Deverá ser apresentada a fiscalização amostra ou catálogo do modelo para aprovação antes da instalação.
- Número de polos: Monopolar (1), Bipolar (2) ou tripolar (3) – (Conforme Diagramas)
- Corrente nominal: específica para cada circuito

NOTA: Após a aprovação da solução apresentada, a mesma deverá ser mantida e instalada não sendo aceita a mudança do material. Também não será aceito disjuntores de fabricantes diferentes, ou seja, todos os disjuntores à serem instalados em todos os quadros deverão ser do mesmo fabricante. Tal método visa manter a padronização do serviço, qualidade e flexibilidade para futuras manutenções da universidade

Luminária fluorescente de sobrepor 2x18W, com aletas parabólicas e refletor parabólico em alumínio, com duas lâmpadas tubulares LED de 18W.

A iluminação interna deverá ser com luminárias fluorescentes com as seguintes características técnicas:

- Referências: Itaim Intelligence, interlight ou equivalente.
- SOBREPOR P/ 2 lâmpadas fluorescentes de 18W
- Rendimento: 74,0%
- Corpo em chapa de aço tratado, espessura 0,5mm
- Refletor e aletas alumínio alto brilho
- Pintura eletrostática epóxi na cor branca
- Garantia de 2 anos contra oxidação
- Equipamento auxiliar deverá ficar alojado na parte interna do corpo da luminária
- Fiação deverá ser em cabo flexível de secção transversal de 1,5 mm², com isolamento em PVC 105°C, 750V
- Sustentação mecânica deverá ser fixada na laje existente ou perfilado
- Alimentação elétrica através de plugue 2P+T a ser ligado na tomada disponível sobre o perfilado, desta forma - - Todo o conjunto poderá ser removível para manutenção
- Soquete Antivibratório de pressão
- Apresentar amostra para aprovação.

Lâmpadas Tubular LED 18W.

As lâmpadas tubulares LED a serem utilizadas nas luminárias deverão ter as seguintes características técnicas:

- Referências: Ouralux, Osram, Philips, ou Equivalente
- Potência da lâmpada: 18W
- Temperatura da cor: 6.500K
- Base: G13
- Fluxo luminoso: 1.850 lumens
- IRC: 80
- Eficiência luminosa: 1800lm/W
- Possuir padronização e certificação do Inmetro.

INTERRUPTORES / TOMADAS E COMPONENTES

As tomadas elétricas serão instaladas em caixas do tipo condutes com altura em relação ao piso acabado de 0,30m baixa, 1,30 ~1,50m média (ou de acordo com o nível da bancada), 2,20m alta. As identificações 110V ou 220V deverão ser com plaquetas em alumínio.

Tomadas dois polos mais terra (2P+T) 20 A - 250 V - NBR 14136

- Referências: Legrand, Alumbra, Fame ou equivalente.
- Corrente 20A em 250V
- Tipo 2P+T NBR 14136
- Cor vermelha para 220V
- Cor branca para 127V
- Atender NBR 14136
- O custo unitário remunera a tomada, instalações e espelho.

Uma tecla simples

Os interruptores de circuitos de iluminação deverão ter as seguintes características:

- Referências: Pial Mod. 3000, Alumbra, Prime ou equivalente
- Instalação a 1,10m do piso acabado
- Corrente nominal 10A em 250VCA
- Carga máxima de 6 luminárias por interruptor

1.6. SERVIÇOS DIVERSOS DE INFRAESTRUTURA FÍSICA.

Para a perfeita execução do projeto, serão necessários serviços diversos para adequação da situação física da edificação, tais como, retirada de forros existentes, fornecimento e instalação de novo sistema de forro removível, demolições e fechamentos de paredes de alvenaria e drywall e etc. Todos os serviços estão listados na planilha orçamentária.

SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Para adequação da sala do rack existente, deverão ser executados novos fechamentos em drywall e demolição de parede de alvenaria existente.

PINTURA EM LÁTEX ACRÍLICO

A pintura em Latex Acrílico a base de dispersão aquosa da Sherwin Willians, Coral, Suvinil ou equivalente técnico, cor indicada em projeto arquitetônico, em conformidade com a NBR 15079 e será aplicado nas paredes conforme descrito em projeto, duas demãos de Látex Acrílico, sobre uma demão de selador acrílico (o selador somente será aplicado sobre reboco, em paredes novas).

A superfície deve estar uniformizada e lixada, firme, coesa, limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação. (NBR 13245).

As partes soltas ou mal aderidas deverão ser raspadas e ou escovadas.

Não aplicar com temperaturas inferiores a 10 graus centígrados e umidade relativa do ar superior a 90%.

Evitar pintura em áreas externas em dias chuvosos ou com ocorrência de ventos fortes que possam transportar poeira ou partículas suspensas no ar para a pintura.

A tinta deve ser diluída com água potável de acordo com recomendações do fabricante.

A aplicação pode ser feita com pincel, rolo ou revólver, de acordo com instruções do fabricante.

Deve receber uma demão primária de fundo de acordo com indicação do fabricante.

Após secagem do fundo, aplicar 2 a 3 demãos, com intervalo conforme indicado pelo fabricante (4 a 6 horas).

Proteger o local durante o tempo necessário para a secagem final, conforme indicação do fabricante (4 a 12 horas).

A superfície pintada deve apresentar textura uniforme, sem escorrimentos, boa cobertura, sem pontos de descoloração, e o fornecimento dos materiais e execução dos serviços, constituindo limpeza, lixamento, uma demão de selador e duas demãos de tinta; estão inclusos nos serviços que estarão sujeitos a aprovação e liberação da fiscalização.

Execução de pintura de tetos internos/externos com Látex acrílico, duas demãos, seguindo os mesmos procedimentos da aplicação em paredes.

Fornecimento de todo material e mão de obra na instalação de forro removível em fibra mineral, com tratamento à base de tinta látex aplicados em fábrica, pintura bioblock aplicada na frente e verso das placas. Modulação 625x625 montado com perfis (T) 24mm de aço galvanizado na cor branco e fixados com presilhas clicada regulares e pendural rígido. acabamento lateral em cantoneira fixado com buchas e parafusos à cada 60cm. (Referência: modelo Armstrong Skala).

ANEXO III

MODELOS DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA LICITAÇÃO

EDITAL DE CONVITE Nº 001/2023–EESC

- A – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- B – Carta Credencial
- C – Declaração de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007
- D – Comprovante de Realização de Vistoria
- E – Folha Proposta
- F – Planilha de Serviços, Quantidades e Preços
- G – Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho
- H – Declaração de Atendimento às Normas Relativas à Saúde e Segurança no Trabalho

MODELO A

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

*(documento a ser apresentado no início da sessão pública, **fora** dos envelopes)*

A empresa _____, por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do **Convite nº 001/2023-EESC**, da ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS da Universidade de São Paulo – EESC/USP, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

Em ... de de

Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa

MODELO B

CARTA CREDENCIAL

(documento a ser apresentado no início da sessão pública, **fora** dos envelopes)

À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS-EESC/USP

Referência: Licitação:
Convite nº 001/2023 - EESC

Prezados Senhores

Pelo presente, designo o Sr....., portador do R.G. nº para representar esta empresa, estando ele credenciado a responder junto a V. Sas. em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação e interposição e renúncia de recursos, relativamente à documentação de habilitação e à proposta de preços por nós apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

Em ... de de

Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa
(com firma reconhecida)

MODELO C

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007

(documento a ser apresentado no início da sessão pública, **fora** dos envelopes)

DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

_____ (nome da licitante), com sede _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta pessoa jurídica, na presente data, enquadra-se como:

- () **MICROEMPRESA**, conforme inciso I, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
- () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
- () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, conforme §1º, do artigo 18-A, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
- () **COOPERATIVA** que preenche as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

Assinatura do responsável

MODELO D

COMPROVANTE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

(documento a ser apresentado no envelope nº 2 – Documentos de Habilitação)

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS-EESC/USP atesta que a empresa _____ (Pessoa Jurídica) _____, representada por _____, _____ (qualificação: cargo/função, doc. de identificação) _____, procedeu à vistoria para participação na licitação do Convite nº 001/2023-EESC, em ____/____/____

Em ____ de ____ de ____

(assinatura do responsável pela Administração)

MODELO E

FOLHA PROPOSTA

(documento a ser apresentado no envelope nº 1 – Proposta de Preços)

CONVITE Nº 001/2023 - EESC

PROCESSO Nº 2023.1.93.18.6

OBJETO:

Razão Social do Proponente:		
CNPJ:		
Endereço Completo:		
CEP:	Fone:	Fone 2:
EMAIL:	EMAIL2:	
Nome completo do representante legal:		Cargo ou Função:
CPF nº		RG nº
DATA:	ASSINATURA:	

<p>PREÇO: Propomos executar o objeto da licitação em referência pelo preço global de R\$ (.....) (.....)</p>
<p>Prazo de execução do objeto: O objeto será executado em (.....) dias corridos, conforme cronograma físico, contados a partir da ordem de início dos serviços.</p>
<p>Cronograma Físico de Execução do Objeto: O objeto será executado conforme Cronograma Físico elaborado pela Administração, que integra o instrumento convocatório.</p>
<p>Cronograma Físico Financeiro: caso vencemos a licitação, para assinatura do contrato, apresentaremos o Cronograma Físico-Financeiro composto pelo mesmo Cronograma Físico descrito acima, ao qual se aplicarão os Preços Unitários propostos nesta licitação, nos termos do item 13.4. desta Carta-Convite.</p>

MODELO F

PLANILHA DE SERVIÇOS E QUANTIDADES

A SER PREENCHIDA PELA LICITANTE

(documento a ser apresentado no envelope nº 1 – Proposta de Preços)

A planilha abaixo deve ser preenchida conforme o estabelecido pela Administração apenas nas colunas EM ABERTO.
Especialmente a coluna de Qtde deve ser verificada pela licitante por meio de detalhado exame da documentação oferecida pela Administração, mais vistorias e diligências que livremente deverá realizar.
Divergências sobre as quantidades devem ser informadas à Administração.
As duas colunas restantes (preço unitário e valor total) deverão ser calculadas e preenchidas pela licitante, conforme planilha enviada nos materiais à parte

CONVITE Nº 001/2023 - EESC

PROCESSO Nº 2023.1.93.18.6

(Usar a tabela enviada a parte)

- (1) Valores indicados pela Administração e verificados pela licitante. Divergências devem ser informadas à Administração.
- (2) Valores ofertados pela licitante

Razão Social do Proponente:		
CNPJ:		
Endereço Completo:		
CEP:	Fone:	Fone2:
EMAIL:	EMAIL2:	
Nome completo do representante legal:	Cargo ou Função:	
CPF nº	RG nº	
DATA:	ASSINATURA:	

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

MODELO G

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

(documento a ser apresentado no envelope nº 2 - Documentos de Habilitação)

À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – EESC/USP

Referência: Licitação:
Convite nº 001/2023-EESC

Eu, (nome completo) , representante legal da empresa (razão social) , interessada em participar do Convite nº 001/2023-EESC, da ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS da Universidade de São Paulo – EESC/USP, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 27, inciso V da Lei nº 8.666/93, a (razão social) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Em ... de de

Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa

MODELO H

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

(documento a ser apresentado no envelope nº 2 – Documentos de Habilitação)

A empresa _____, por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do Convite nº 001/2023-EESC, da ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS da Universidade de São Paulo – EESC/USP, declara, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

Em ... de de

Assinatura do Responsável pela Empresa e cargo exercido na empresa